

Capítulo IV

Os trabalhadores e a política

Leôncio Martins Rodrigues

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

RODRIGUES, LM. Os trabalhadores e a política. In: *Industrialização e atitudes operárias: estudo de um grupo de trabalhadores* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009, pp. 119-165. ISBN: 978-85-7982-022-9. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

IV OS TRABALHADORES E A POLÍTICA

Nos capítulos precedentes examinamos as atitudes e orientações dos trabalhadores da Empresa Automobilística ante a empresa, o trabalho e o sindicato. Nas páginas que se seguem procuraremos investigar seu comportamento ante a sociedade global e a política nacional. Concretamente, trata-se de expor as orientações políticas de um grupo operário de formação recente e empregado numa moderna unidade de produção, caracterizada pelo trabalho parcelado e em série, formada no impulso desenvolvimentista dos últimos decênios.

Anteriormente, mencionamos as atitudes positivas manifestadas com relação ao processo de desenvolvimento econômico, ou seja, a valorização da industrialização, aspecto que se distingue notavelmente das atitudes críticas adotadas pelo proletariado europeu com relação à sociedade industrial nas fases iniciais da expansão do capitalismo.

Ainda que se possa registrar uma proporção minoritária relativamente importante de respondentes que avaliaram negativamente as consequências do processo de industrialização, a grande maioria, cerca de dois terços, acredita que o desenvolvimento do país tem beneficiado os trabalhadores. Como se verificará nas tabelas seguintes, os juízos mais favoráveis se encontram entre os operários.

Tabela 45: “O desenvolvimento do país tem beneficiado os trabalhadores?”

	Operários	Ferramenteiros	Mod.	Trad.
Tem	81%	75%	62%	68%
Não tem	11	17	24	11
Depende	8	8	14	21
	(100%)	(100%)	(100%)	(100%)
n =	62	24	22	20
Sem resposta	2%		5%	5%

Chamam a atenção, no quadro 40, as porcentagens ligeiramente superiores de respostas negativas entre os *Mod.* e *Trad.* em comparação com os operários e ferramenteiros. Entre os primeiros, especialmente, encontramos 24% de entrevistados que analisaram negativamente as

consequências do desenvolvimento econômico para a classe operária. Entre os respondentes que afirmaram que o desenvolvimento foi prejudicial aos trabalhadores, a grande maioria responsabilizou diretamente o processo inflacionário, enquanto uma minoria afirmou que as empresas e o capital estrangeiro e que lucraram efetivamente com a expansão industrial.¹

Os benefícios do desenvolvimento são avaliados quase que unicamente do prisma de *novas oportunidades de emprego*, da facilidade de arrumar trabalho, dada a criação de novas indústrias. Porém, somente uma pequena porcentagem de entrevistados referiu-se *diretamente* à elevação salarial como um dos fatores positivos da industrialização.

Tabela 46: “Por que o desenvolvimento beneficiou os trabalhadores?”
(Total de entrevistados)

“Porque há mais empregos e mais indústrias”	88%
“Porque os salários são mais elevados, porque elevou-se o padrão de vida”	6
“Porque há mais escolas”	5
Outras respostas	14
n =	67
Sem resposta	2

Obs. Respostas múltiplas. Soma das porcentagens superior a 100%.

É significativo que a quase totalidade dos respondentes tenha justamente acentuado as novas oportunidades de trabalho e não a melhoria do padrão de vida. Indubitavelmente, o grupo estudado experimentou uma elevação dos níveis de consumo, mas, queremos crer, essa elevação não foi proporcional aos novos empregos ofertados, às oportunidades profissionais abertas e às *expectativas e esperanças do grupo*. Se, por outro lado, a industrialização multiplicou as oportunidades de profissionalização e a oferta de empregos, por outro lado, criou novas aspirações e necessidades de consumo que foram apenas parcialmente atendidas. Na realidade, o impulso industrial, particularmente acentuado em meados da década dos 50 até inícios da dos 60, não levou a uma distribuição mais igualitária da renda. Mercê do baixo nível de qualificação profissional e educacional das camadas operárias, da pressão do excedente de mão de obra, que vem

¹ Os motivos apontados pelos que responderam que o desenvolvimento *não* beneficiou os trabalhadores foram os seguintes (em números absolutos): “O custo de vida aumentou”: 4 menções; “Há muita política”: 2 menções; “Os lucros vão para os EUA”: 2 menções; “As empresas é que se beneficiaram”: 2 menções; “Gastou-se muito dinheiro com a construção de Brasília”: uma menção; “A situação da lavoura piorou”: uma menção.

prejudicando a elevação do preço do fator trabalho, o proletariado brasileiro não esteve em condições de lograr vantagens mais substanciais no curso do impulso industrial no período mencionado. Ao que tudo indica, para amplos setores da força de trabalho brasileiro, a melhoria do padrão de vida resultou mais da obtenção de emprego na indústria do que da elevação dos salários reais que acompanhasse o incremento da produtividade, como soe acontecer nos países industrialmente avançados.

“Agora e mais fácil arranjar emprego. Quanto mais desenvolvimento, mais serviço”.

“As estradas oferecem maior facilidade de viagem. As indústrias deram bastante serviço para nós”.

“Aumentou o número de empregos, mas o nível de vida não melhora”.

“Com as indústrias há mais serviço para os desempregados, mas os lucros e os benefícios do desenvolvimento não têm sido para os empregados”.

São essas circunstâncias que, a nosso entender, permitem explicar por que os trabalhadores da Empresa Automobilística veem nas vantagens da industrialização principalmente novas oportunidades de trabalho e, muito secundariamente, elevação do padrão de consumo. Desenvolvimento, em larga medida, e entendido pelo proletariado como sinônimo de maiores oportunidades de trabalho.

Não se percebe aqui o temor que o incremento do maquinismo e da civilização industrial se acompanhe de desemprego, da perda dos ofícios tradicionais, pois se trata de grupos operários que adquiriram sua profissão justamente em consequência da expansão industrial e da mecanização.

A insistência quase unicamente nos novos empregos surgidos com a industrialização pode ser entendida, por outro lado, em relação com o processo de desvalorização da moeda. Os entrevistados, ao mesmo tempo em que insistiam na facilidade de obtenção de novas oportunidades profissionais, ressaltavam os aspectos negativos da inflação. Deste modo, a contenção do processo inflacionário (ao menos no momento em que aplicamos os questionários) era vista como a principal medida a ser adotada para que a situação dos operários melhorasse.

Tabela 47: “O que é preciso fazer no Brasil para que a situação dos operários melhore?”

	<i>Operários</i>	<i>Ferramenteiros</i>	<i>Mod.</i>	<i>Trad.</i>
Medidas contra a carestia	53%	37%	59%	55%
Reforma agrária e proteção à agricultura	15	4	–	30
Um “bom governo”	10	21	18	15
Escolas e educação para o povo	6	17	9	5
Reformas de base	8	4	–	15
Industrialização	2	4	–	–
Outras respostas	92	20	9	20
Não sabe	16	12	14	5
n=	62	24	22	20

Obs.: Respostas múltiplas. Soma das porcentagens superior a 100%.

Observa-se entre os *Trad.* a porcentagem relativamente elevada de menções à reforma agrária e proteção à agricultura (30%). Na verdade, apenas os trabalhadores chegados recentemente da agricultura fizeram referência ao problema agrário. Os setores mais qualificados (ferramenteiros) praticamente não mencionaram este ponto. A menção à situação do lavrador, por parte dos *Trad.*, parece lógica, uma vez que se trata de operários recentemente chegados do mundo rural. Mas, notemos que a pergunta referia-se especificamente à situação dos *operários* e não à dos trabalhadores ou do povo em geral. Aparentemente, subsiste ainda uma forte identificação com a condição socioprofissional anterior, ou seja, a de lavrador. Esta impressão é reforçada pela análise de outras tabelas. Assim, como veremos mais adiante, quando se indagou o que o governo deveria fazer para acelerar o desenvolvimento do *país*, as referências ao problema agrário foram bastante mais acentuadas entre as categorias mais qualificadas e entre os trabalhadores de origem urbana, enquanto os *Trad.* e *Agric.* acusaram fracas proporções de respostas nesta direção. Possivelmente, tenhamos aqui a influência da propaganda em favor da reforma agrária, particularmente forte no período em que fizemos as entrevistas, fazendo com que os trabalhadores de maior experiência no meio urbano a citassem quando a pergunta dizia respeito à situação do *país*, mas a deixassem inteiramente de lado quando a discussão girava em t^o da situação específica dos *operários*.

Os algarismos anteriores corroboram, novamente, um aspecto de que já tratamos: a importância que os setores mais qualificados e urbanizados atribuem à educação em contraposição aos grupos menos qualificados: 17% dos ferramenteiros mencionaram escolas e educação para o povo contra apenas 5% dos *Trad.*

As respostas à pergunta anterior ganham novas dimensões se confrontadas com a tabela que se segue, possibilitando captar outros ângulos das atitudes e orientação do grupo.

Tabela 48: “O que, na sua opinião, um governo precisaria fazer para que o Brasil progrida?”

	<i>Operários</i>	<i>Ferramenteiros</i>	<i>Urb.</i>	<i>Agric.</i>	<i>Mod.</i>	<i>Trad.</i>
Ref. agrária, proteção à agricultura	26%	58%	45%	99%	55%	35%
Combater a inflação	16	21	16	19	18	–
Estimular a industrialização	10	33	22	8	14	35
Moralização da vida pública, governantes e políticos honestos	10	12	8	14	–	–
Educar o povo; criar escolas profissionais	3	17	6	8	5	10
Proteger os trabalhadores	11	8	8	14	14	15
Medidas de cunho nacionalista	6	11	11	8	14	15
Outras respostas	28	12	29	17	14	15
Não sabe responder	10	14	4	14	5	10
n =	62	24	49	37	22	20
Sem resposta	2%	–	–	3%	–	–

Obs.: Respostas múltiplas. Soma das porcentagens superior a 100%. Porcentagens extraídas excluindo-se os que não responderam.

A julgar por esses resultados, o problema agrário passou a sensibilizar setores relativamente importantes das camadas operárias. São as categorias profissionalmente mais qualificadas as que se mostram mais atentas à questão, possivelmente porque, mais expostas à ação dos meios de comunicação de massa, foram as mais atingidas pela propaganda e agitação efetuada em torno da reforma agrária e pelas chamadas “reformas de base”. Amiúde, a proteção à agricultura era relacionada pelos entrevistados aos esforços de barateamento dos gêneros alimentícios e de contenção à inflação. Uma fração minoritária, nesse sentido, mencionou a reforma agrária como um meio de reduzir o êxodo rural e, conseqüentemente, a concorrência da mão de obra oriunda do setor primário.

Chama a atenção o fato de que a industrialização tenha recebido fraca referência por parte dos operários comuns (mencionada apenas por 10% dos entrevistados). No entanto, uma proporção bastante maior de ferramenteiros (33%) a apontou como uma das medidas a serem adotadas para estimular o desenvolvimento do país. Fração mais modesta de respondentes reclamou por soluções que classificamos como “nacionalistas”, tais como: restrição à remessa de lucros das companhias estrangeiras, impulso e proteção à indústria nacional, etc. (6% dos operários e 11% dos ferramenteiros).

Em resumo, examinando-se conjuntamente as duas tabelas, vê-se, em primeiro lugar, a inexistência de menção a reivindicações socioprofissionais. Não encontramos nenhuma referência a qualquer exigência que pudesse ser chamada de especificamente operária, como, por exemplo, questões relacionadas à legislação trabalhista ou aos sindicatos, etc., para não falarmos de reivindicações de cunho socializante. É certo que alguns entrevistados referiram-se a medidas de proteção ao trabalhador, mas fizeram-no do ângulo da assistência social. Apenas os ferramenteiros, numa proporção mais elevada, citaram reivindicações de cunho educacional e, em especial, criação de escolas técnicas.

Dois itens, a que não fizemos referência nos comentários anteriores, merecem ser destacados: a “moralização da vida pública” e “bom governo”. Embora nas tabelas em foco ambos não tenham sido mencionados por uma porcentagem elevada de respondentes, dão-nos valiosos indícios para a inteligência de determinados elementos que fundamentam as orientações políticas e sociais dos trabalhadores. Pelo momento, apenas nos limitaremos a algumas observações preliminares, deixando para o final do capítulo uma discussão mais ampla da questão. Sob esses itens se esconde uma percepção tradicional das relações entre os grupos e instituições sociais, ou, mais exatamente, da teia de determinações que configura concretamente o modo de vida dos trabalhadores. *Os fatores que são considerados responsáveis pela situação socioeconômica dos operários não são localizados pelos entrevistados nos mecanismos da produção e do mercado, ou seja, na esfera do sistema econômico, mais no universo da política, das instituições e dos poderes públicos.* Trata-se de uma percepção extremamente “pessoalizada”, pré-industrial, dos mecanismos da vida social. O governo e os políticos são encarados como os principais responsáveis pelos aspectos positivos ou negativos (principalmente estes últimos) da “situação” dos trabalhadores. A percepção das medidas e ações dos ocupantes dos altos

cargos e funções públicas está impregnada de elementos éticos e morais. O “progresso” do país, a melhoria da sorte dos trabalhadores, dependeriam basicamente de “bons governantes”, de “políticos honestos”.

“É preciso uma reforma geral do governo. O governo precisa se libertar da ação dos maus políticos”.

“É preciso acabar com muitas pessoas do governo que ganham sem fazer nada”.

“Os políticos não ligam para os operários”.

AUTORITARISMO E POPULISMO

A “culpa” pelo baixo nível de consumo dos trabalhadores não é atribuída aos patrões e empregadores, mas ao governo e aos políticos.² Estes últimos é que são considerados como “exploradores do povo”. Importa ressaltar que respostas como as transcritas acima, incidindo sobre medidas e decisões dependentes de um “bom governo” e de “políticos honestos”, revelam uma captação da realidade social e dos problemas políticos não propriamente de uma perspectiva operária ou “classista”, mas da de povo, situado face a um poder estatal que, ao mesmo tempo, aparece como uma entidade poderosa e desvinculada das camadas ou grupos sociais e

² Poder-se-ia relacionar tais atitudes com determinados aspectos da formação da sociedade brasileira, com o próprio processo de constituição do Estado nacional, com os elementos patrimonialistas (no sentido de Weber) que permearam as relações entre a esfera do poder privado e a do poder público, e que dificultam a apreensão do político e do econômico como setores da atividade humana diferenciados (embora relacionados). O processo de racionalização e modernização do Estado nacional – em particular após 1930 – correlatamente ao avanço da industrialização e da urbanização da sociedade brasileira, reduziram o alcance dos elementos patrimonialistas da sociedade brasileira mas nela persistem ainda, com certa vitalidade, numerosos traços de cunho tradicional e pré-industrial, lastreando as orientações valorativas dos agentes e instituições sociais. Uma forma particular de patrimonialismo brasileiro mostrou notável vitalidade: o coronelismo. Segundo V. N. Leal, ele resulta da “superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada. Não é, pois, mera sobrevivência do poder privado, cuja hipertrofia constituiu fenômeno típico de nossa história colonial. É antes uma forma peculiar de manifestação do poder privado, ou seja, uma adaptação em virtude da qual os resíduos de nosso antigo e exorbitante poder privado tem conseguido coexistir com um regime político de extensa base representativa”. Vitor Nunes LEAL, *Coronelismo, Enxada e Voto*, Rio, Revista Forense, 1948. Para a análise da evolução do Estado brasileiro, de sua racionalização e das funções que assumiu na vida econômica e social do país, cf. Octávio IANNI, *Estado e Capitalismo*, Rio, Civilização Brasileira, 1965.

identificada com o ocupante do Poder. Nas duas tabelas que vimos de comentar, essas orientações não vêm inteiramente à tona, mas serão facilmente apreendidas no quadro que transcrevemos a seguir:

Tabela 49: “Que tipo de governo poderia apressar o desenvolvimento do país e elevar o nível de vida do povo?”

	Operários	Ferramenteiros	Mod.	Trad.
Ditadura	35%	4%	26%	40%
Democracia	18	39	26	10
n=	62	24	22	20

Nesta tabela apresentamos, para não fatigar o leitor, apenas as duas respostas que mereceram as porcentagens mais elevadas de preferência.³

Mais de um terço dos entrevistados optou clara e categoricamente por “uma ditadura”.⁴ Nota-se, por outro lado, que os ferramenteiros que ofereceram respostas semelhantes constituem parcela bastante minoritária: 4%. A proporção mais elevada de respostas em favor de um governo ditatorial encontra-se entre os Trad. (40%). Uma tendência configura-se nitidamente: *os trabalhadores de nível profissional e educacional mais aprimorado, com salários mais elevados, inclinam-se por formas*

³ Como seria de se esperar, dado o baixo nível cultural dos entrevistados e a dificuldade de conceituação e expressão, as respostas nem sempre foram muito precisas, havendo identificação do tipo de governo com a pessoa do governante. Poder-se-ia objetar que nossa indagação de certo modo cerceia e restringe a escala de variação das respostas ao utilizar a palavra “governo” e não “regime”, “sistema político”, etc. De fato, tínhamos pensado inicialmente em utilizar a segunda fórmula. No entanto, verificamos no pré-teste do questionário, que, amiúde, os trabalhadores não entendiam seu significado. Assim sendo, optamos pela palavra “governo”, mais familiar e de significado suficientemente elástico e vago no uso comum para englobar o sentido do termo “regime”, etc. Na maior parte das vezes, foi impossível estabelecer itens mais precisos para a tabulação. Evidentemente, este inconveniente poderia ser superado caso o respondente tivesse que optar por alternativas oferecidas de antemão. Contudo, julgamos que, assim procedendo, poderíamos influenciar as respostas e que melhor seria deixar a pergunta inteiramente aberta, devendo o entrevistador anotar *ipsis litteris* a resposta do entrevistado.

⁴ A relação completa dos itens (para o total dos entrevistados), segundo a porcentagem das respostas que receberam é a seguinte: “Governo atual, mas melhorado”: 11%; “Governo honesto, bom, que defenda os operários”: 6% “Governo como o dos Estados Unidos”: 3%; “Governo como o do J. K.”: 2% “Governo como o do Jânio”: 2%; “Ditadura ou governo do povo”: 3%; “Ditadura ou democracia socialista”: 2%; “Governo como o do Adhemar”: 1%; “Governo que fizesse as reformas de base”: 1%; Outras respostas: 6%; Não souberam responder: 9%. Vale observar que 11% dos operários contra 4% dos ferramenteiros não souberam responder.

democráticas de governo, enquanto as camadas inferiores do proletariado tendem a preferir regimes autoritários.

À primeira vista, se considerarmos “ditadura” e “democracia” como formas opostas de governo, deveríamos concluir por opções políticas fortemente contrastantes entre os que deram uma ou outra resposta. Particularmente, cumpriria, dessa perspectiva, destacar uma orientação radicalmente diversa entre operários e ferramenteiros. Mas seria perigoso levar muito longe tal dicotomia. Quando se examinam as explicitações das respostas pode-se perceber um *substratum* comum que contribui para que as diferentes orientações não fiquem tão distanciadas como pareceriam à primeira vista, se se atém unicamente às respostas formais dos trabalhadores. No fundo, em praticamente todas as respostas, mesmo entre as que diziam, por exemplo, “governo atual melhorado” ou “governo honesto, que defenda os operários”, foi possível perceber um profundo descontentamento com relação ao *status quo* político. Como “povo” esses trabalhadores se sentem “explorados” e desprotegidos. Porém, como foi assinalado, os agentes e fatores responsáveis não são localizados na esfera econômica, mas na política, na forma de governo, nos elementos da administração, na burla ou na violação das leis. Os empregadores, os patrões, os proprietários dos meios de produção não são, na grande maioria dos casos, apontados como os responsáveis pelos aspectos negativos da condição operária. Se o são, a culpa maior cabe ao governo, que não faz cumprir a lei, que não protege os trabalhadores e o povo contra os “maus patrões”, os “comerciantes inescrupulosos”. Estes últimos são particularmente citados, fato indicativo de uma crítica que se baseia principalmente na posição do operário como “consumidor” e não como “produtor”.

Os diferentes tipos de respostas, optando por esta ou aquela forma de governo, por este ou aquele político, quase invariavelmente punham ênfase em atributos tais como: honestidade, energia, restrição aos maus políticos, sobretudo vereadores e deputados.

“Uma democracia, desde que existam homens com capacidade e honestidade para dirigir o país”.

“O tipo do governo atual, mas sem a interferência de políticos mal intencionados”.

“Um governo democrático, desde que estivesse nas mãos de pessoas honestas e de bom-senso, como foi nos Estados Unidos”.

Para os que optaram por formas autoritárias, a ditadura é encarada como sendo precisamente a melhor solução de se obter um governo honesto, decente, capaz de defender os trabalhadores contra os maus políticos e os comerciantes “exploradores”.

“Uma ditadura. É preciso acabar com a exploração que existe no país. Existem muitos deputados e comerciantes que são ladrões e só um governo de mão forte poderia acabar com isso”.

“Acho que tem muito político e isso é prejudicial. Na ditadura só um manda, e isso é bom. O que interessa é que a direção seja honesta”.

“Seria interessante que tivéssemos um regime forte, ditatorial, para que não subisse o custo de vida”.

“Uma ditadura honesta, onde não houvesse deputados, senadores, vereadores. Um governo que não tivesse uma quadrilha ao seu redor, nem compromissos com quem fosse”.

Seria cansativo multiplicar essas citações. O elemento constante, como se pode ver, é a crítica aos corpos legislativos, aos políticos e comerciantes. O importante, sempre, é um governo eficiente e honesto, que não esteja tolhido pela ação dos “políticos”. Observemos, demais, que também os entrevistados que “pessoalizaram” o tipo de governo em suas respostas, citando líderes populistas como Jânio Quadros, Adhemar de Barros ou Getúlio Vargas, insistiam no fato de que esses políticos deveriam governar com mão forte, de modo discricionário, livre das peias dos corpos legislativos.

“Ditadura, como a do Getúlio, para acabar com os “tubarões” e com a exploração”.

Adhemar, sem câmara, um só homem mandando. O bom seria uma “panela” mandando, como o Salazar. Deve ser pessoa honesta, como Salazar. Fidel é malvado, manda para a força”.

“Governo sem política. Uma ditadura “legal”. O Getúlio, por exemplo”.

A lembrança do governo Vargas parece estimular em grande parte as respostas favoráveis a um regime autoritário. Com efeito, 6% dos operários explicitaram inequivocamente: uma ditadura, “como a do Getúlio”.

Analisando as respostas, fica clara a avaliação negativa e a rejeição, senão do regime político vigente no momento das entrevistas, pelo menos de muitas de suas facetas. Examinando-se mais de perto o conteúdo das respostas, percebe-se que a proporção de trabalhadores favoráveis a um

regime autoritário ou abertamente ditatorial é muito maior do que indicaria a simples classificação porcentual dos que se manifestaram taxativamente por um governo ditatorial. Com efeito, muitos dos que responderam elidindo a dicotomia “democracia-ditadura”, isto é, pessoalizando o tipo de governo que poderia melhorar a situação dos operários, acrescentavam alguma ressalva indicando a preferência por um governo forte: “Governo atual com uma turma enérgica”, na expressão de um dos entrevistados. Parece, pois, fora de dúvida que a *maioria dos entrevistados é favorável a formas autoritárias de governo e que essa preferência se acentua nos setores menos qualificados e com menor experiência de vida urbana.*

Estes resultados fazem pensar imediatamente nas considerações de Lipset sobre o autoritarismo das classes operárias. De acordo com o sociólogo norte-americano, as inclinações para movimentos políticos autoritários estariam relacionadas ao modo de viver dos indivíduos que compõem os estratos inferiores da sociedade: “Muitos (...) estudos sugerem que a maneira de viver da classe baixa produz indivíduos com enfoques rígidos e intolerantes no que diz respeito à política”.⁵ Três fatores agiriam no sentido de levar as camadas inferiores a apoiar regimes autoritários: baixo nível de renda, ocupações específicas de *status* baixo e instrução limitada. Segundo Lipset, as camadas operárias são por outro lado, “mais liberais ou esquerdistas nas questões econômicas; favorecem as medidas estatais por um maior bem-estar, por maiores salários, impostos proporcionais à renda, apoio aos sindicatos, etc. Porém, quando o liberalismo é definido em termos não econômicos, como apoio às liberdades civis, internacionalismo,⁶ etc., a correlação se inverte. Os mais acomodados são mais liberais, os mais pobres são os mais intolerantes” (p.82). Lipset localiza as raízes do autoritarismo das camadas operárias (o autor refere-se algumas vezes a “camadas pobres”) no tipo de educação recebida pelas crianças nos lares operários. Em contraposição ao que ocorreria nas famílias de renda mais elevada, a educação do jovem operário se caracterizaria pelo autoritarismo, pela maior frequência de castigos corporais, etc. Apoiado nos trabalhos de Hoggart e em outras pesquisas, Lipset conclui que, na educação ministrada nos lares operários, a “ênfase no

⁵ Seymour Martin LIPSET, “Autoritarismo de la Clase Obrera”, in: *El Hombre Político*, Buenos Aires, Eudeba, 1963, p. 78.

⁶ Segundo Lipset, os grupos trabalhadores, depois de 1914, principalmente, deixaram paulatinamente de apoiar posições internacionalistas.

imediatamente e no perceptível e uma preocupação pelo pessoal e pelo concreto formam parte inseparável da perspectiva restrita e da incapacidade para perceber as posições e consequências complexas das ações, o que resulta, frequentemente, numa disposição geral para apoiar os movimentos políticos e religiosos extremistas, e um nível geralmente baixo de liberalismo nas questões não econômicas” (p. 99).

As investigações da Lipset têm o mérito de chamar a atenção para alguns componentes do comportamento e das orientações políticas operárias. Entretanto, julgamos que algumas restrições devem ser feitas, principalmente tendo em vista uma interpretação mais profunda das orientações políticas e ideológicas observadas entre os trabalhadores da Empresa Automobilística. Não pretendemos nos alongar na discussão do próprio conceito de democracia, sujeito a diversas definições e entendido de modo diferente pelos vários setores sociais, como já observaram S. M. Miller e F. Riessman em sua crítica a Lipset.⁷ Constantemente, neste último há a identificação entre camadas operárias e camadas inferiores, o que não parece correto, de vez que as segundas, mais amplas e abrangendo outros segmentos socioeconômicos e socioprofissionais, não podem ser reduzidas às primeiras. Por outro lado, o autor identifica a tolerância política individual com posições democráticas, passando do nível individual para o social, ou seja, através da psicologia dos indivíduos que constituem a classe ou camada social, procura deduzir o comportamento grupal, o que conduz a esquecer a dinâmica própria do grupo, como algo mais do que a soma dos indivíduos que o compõem.⁸ Porém, o que nos parece ser a lacuna mais séria do interessante trabalho de Lipset, é a inexistência de qualquer tentativa de estabelecimento das conexões de sentido entre o que ele denomina de autoritarismo no campo das atitudes *políticas* e de liberalismo na esfera do *econômico*. Parece evidente que ambas orientações estão relacionadas. O apoio a formas autoritárias de organização política serve

⁷ Cf. S. MILLER e Frank RIESSMAN, “Working-class Authoritarianism: a Critique of Lipset”, *The British Journal of Sociology*, setembro de 1961. Veja-se também, no mesmo número, a resposta de Lipset: “Working Class Authoritarianism: A Reply to Miller and Riessman”.

⁸ “A aceitação das normas democráticas exige um alto nível de refinamento e de segurança do Eu. Quanto menos educado e estável seja o indivíduo tanto mais possível será que tenha um ponto de vista simplista em política, que não chegue a compreender o conceito em que se apoia a tolerância para os que não concordam com ele, e que ache dificuldade em compreender e tolerar uma imagem gradual da mudança política”. S. M. LIPSET, “Autoritarismo de la Clase Obrera”, p. 95.

como meio para a consecução de objetivos democráticos (ou liberais, segundo a terminologia de Lipset) no campo da atividade econômica. Os objetivos democráticos não devem ser considerados como fins em si mesmos, e não podem ser separados de um contexto mais amplo de variáveis sociais, políticas e econômicas no qual se insere o comportamento do trabalhador. As orientações políticas democráticas das associações operárias com frequência ganham preeminência e passam ao primeiro plano quando os regimes autoritários ou totalitários, sustentados pelas camadas superiores, parecem constituir-se como barreiras para a consecução dos alvos “democráticos” das camadas operárias no plano econômico. Por outro lado, em Lipset, as condutas “autoritárias” das camadas superiores não são nem mencionadas, embora se possa pensar que algumas formas de comportamento autoritário das camadas operárias constituem reações ou tentativas de respostas a outras instituições da estrutura autoritária de dominação cujo controle encontra-se nas mãos de outros grupos sociais, instituições sobre as quais as camadas operárias não possuem (ou possuem em escala muito reduzida) capacidade de influenciar.

Julgamos que cumpriria examinar o *sentido* das orientações “autoritárias” das camadas operárias, inserindo-as num contexto mais concreto de análise. A partir de critérios formais de definição de autoritarismo e liberalismo – em geral segundo o modelo dos países altamente desenvolvidos⁹ – é possível equacionar-se o comportamento das camadas operárias em termos de “mais” ou “menos” autoritarismo, porém perde-se o *significado* contido em tais orientações. Assim, por exemplo, classificado o peronismo como regime autoritário e verificado o apoio que lhe foi prestado pelas camadas operárias argentinas, pode-se concluir pelo autoritarismo dos trabalhadores e pelas tendências democráticas ou liberais das camadas e grupos sociais que se lhe opuseram. Mas perde-se inteiramente o significado e os objetivos contidos nas formas de conduta política e o sentido da atuação dos agentes sociais, o porquê de tais orientações.

Essas observações sumárias parecem importantes para melhor apreender o sentido das atitudes políticas dos trabalhadores da Empresa Automobilística e, em larga medida, do proletariado brasileiro. É evidente

⁹ Segundo S. M. MILLER e F. RIESSMAN, os critérios que Lipset utiliza para avaliar o “comportamento operário são particularmente agradáveis à moderna classe média liberal mas não constituem a única maneira de se conceituar a democracia”. *Op. cit.*, pp. 263-264.

que, quando os entrevistados se pronunciam favoravelmente a um governo forte, não estão desejando um regime que comprima a renda das camadas assalariadas, que elimine os benefícios sociais contidos na legislação trabalhista, etc. Em poucas palavras, não aspiram a uma ditadura que se dirija *contra os operários*. Ao contrário, o sentido das respostas é muito claro: *uma ditadura para apressar o desenvolvimento e elevar o nível de vida dos trabalhadores*.

Os dados indicam, igualmente, na medida em que o grupo estudado pode ser considerado como representativo de uma parcela do proletariado brasileiro, que os valores do regime democrático de representação popular, segundo modelo que conhecemos no Ocidente, têm medíocre significado para as camadas populares no Brasil. As formas democráticas de poder não lhes parecem propiciar as condições mais favoráveis para o atingimento de suas reivindicações e aspirações. A inadequação entre a estrutura social e econômica do país e seu arcabouço institucional, jurídico e político, fizeram da democracia representativa brasileira um pobre arremedo do sistema democrático ocidental. Mais do que permitir o acesso institucionalizado e legitimado das camadas populares ao Poder e uma distribuição mais igualitária da renda, os regimes representativos permitiram apenas a participação na vida política nacional de restritos setores populacionais superiores. “A organização legal existente – ressalta F. Fernandes – confere igualdade política aos cidadãos e organiza o regime republicano em bases democráticas. As classes sociais que compõem a sociedade não possuem possibilidades análogas de participar efetivamente dessas garantias jurídicas-políticas. Algumas classes monopolizam a fruição de tais garantias, convertendo a democracia numa ficção e numa cômoda armadilha, pois a concentração da renda corresponde à concentração do poder, o que coloca os socialmente “fracos” à mercê dos socialmente “fortes”. (...) Todavia, ao inverso do que sucedia sob a ordem social patrimonialista, as classes sociais prejudicadas não só tomam consciência do sacrifício de garantias sociais básicas e das consequências nefastas que daí advêm. Opõem-se como podem a tal situação, ouvindo ou apoiando os demagogos, aderindo a formas compensatórias ou eficientes de inconformismo, predispondo-se à radicalização política e à ação pela violência, etc. No entanto, como se identificam com os componentes sociais consagrados pela ordem social vigente, sua oposição não se ergue “contra o regime”, claramente, mas “contra as injustiças de que são vítimas”,

perdendo-se esterilmente sem assegurar a estruturação de movimentos sociais de protesto e de luta suscetíveis de provocar o almejado saneamento do regime”.¹⁰ Neste contexto, que a citação acima sintetiza, as camadas populares brasileiras não tiveram experiências positivas com o sistema representativo, de modo a estimular uma adesão aos valores democráticos proclamados pela civilização ocidental.¹¹

Regimes autoritários parecem aos trabalhadores e às camadas populares uma forma de defesa contra forças e grupos socioeconômicos contra os quais se sentem inermes sob uma “democracia representativa”. Esta orientação é reforçada pelo fato de que um conjunto de leis sociais, extremamente valorizado pelos operários, foi promulgado precisamente por um governo autoritário, sendo a legislação trabalhista, por exemplo, associada ao período de Vargas. A ditadura – ou outras formas de governo autoritário – parece-lhes favorecer aos pobres e a democracia aos ricos, aos políticos e comerciantes desonestos. Para uma classe operária que possui meios limitados de intervenção na política nacional e de pressão sobre os grupos empresariais, *o autoritarismo no plano político surge como uma via para a democratização no plano econômico e social.*

Não se deve inferir do que foi dito que a maioria dos operários entrevistados, ao pronunciar-se favoravelmente a uma ditadura, entenda por essa palavra algo equivalente à “ditadura do proletariado”, na acepção leninista, ou a qualquer outra forma de governo socialista ou de

¹⁰ Florestan FERNANDES, “Crescimento Econômico e Instabilidade Política no Brasil”, Comunicação aos VI Colóquios Luso-Brasileiros, Columbia University-Harvard University, Nova York, 1966, (dat.).

¹¹ “Para a maioria dos países da América Latina, e em particular para as camadas recém-mobilizadas, os símbolos da democracia perderam – ou melhor, *nunca* tiveram – uma significação positiva. Pelo contrário: devido à tradição política dessas nações, tendem antes a possuir um valor negativo. Não houve ditadura, autocracia absoluta e arbitrária que não haja empregado desmedidamente os símbolos e a terminologia da democracia. Os ditadores e generais sempre se consideraram “presidentes constitucionais” popularmente eleitos, todos tiveram parlamentos e, sobretudo, abundaram as “constituições” extremamente generosas quanto aos direitos políticos e, recentemente, também no que se refere aos direitos sociais. Porém, em nenhum lugar houve um abismo mais profundo entre a realidade e a lei. Para os grupos emergentes das zonas atrasadas, inclusive as democracias limitadas que funcionaram com certa regularidade aparecem como instrumentos de dominação em benefício de minorias”. Gino GERMANI, “De la Sociedad Tradicional a la Participación Total en América Latina”, *op. cit.*, pp. 160-161.

“democracia popular”,¹² semelhante aos regimes políticos que vigoram nos países de economia planificada. Tampouco pensam os respondentes que o regime autoritário deva ser presidido por “representantes” do proletariado. Os fundamentos sociais de tal regime não são explicitados, mas as diversas respostas deixam claro que a ditadura estaria sob o braço forte de um homem das camadas “ilustradas”, originário dos grupos superiores, capaz, por isso mesmo, de enfrentar os outros ricos e coibir a ação dos “exploradores do povo”. O importante é que a ditadura seja “honesto” e “eficiente”, pois, conseqüentemente, seria favorável aos trabalhadores, aos pobres, aos oprimidos.

A preferência por formas autoritárias ou totalitárias de governo, por um lado, está relacionada, em primeiro lugar, com um sentimento de impotência, de incapacidade de interferir, como grupo ou camada social, na vida política nacional. Neste sentido, significa abdicação a um papel autônomo, de classe. A opção por formas democráticas de governo – nos quadros de uma economia de tipo capitalista – exigiria, além da crença na eficácia dos mecanismos políticos da democracia, um proletariado mais confiante em suas próprias forças, capaz de pressionar fortemente a camada empresarial e os poderes públicos, a fim de lograr a consecução de suas reivindicações profissionais e econômicas; por outro lado, as inclinações “autoritárias” do proletariado, do modo como são formuladas pelo grupo pesquisado, indicam que os trabalhadores não percebem a sociedade como dividida em classes sociais antagônicas e não estabelecem relação entre a dominação econômica e a dominação política, não sendo o Estado entendido, para parafrasear Marx, como “o comitê executivo da classe burguesa”.

Dissemos que os entrevistados que expressaram suas preferências por uma ditadura (ou por um governo forte) não pensavam, Obviamente, que ela poderia ser exercida contra os trabalhadores, em prejuízo de suas exigências econômicas e sociais. É sugestivo, deste prisma, que os ferramenteiros – que mostraram taxas mais elevadas de sindicalização, maiores índices de participação social e política, bem como uma relação mais positiva com o trabalho e melhores condições para uma pressão grupal

¹² Entre os ferramenteiros, encontramos uma porcentagem relativamente elevada de informantes que ofereceram respostas “radicais” ou “esquerdizantes”. Assim, por exemplo, 8% indicaram como a melhor forma de governo “um governo nacionalista” e 12% “uma ditadura ou governo do povo”. Entre os operários, 3% optaram por uma “ditadura socialista”.

– rejeitem maciçamente uma solução política autoritária no interior da presente estrutura econômica. Não se deve concluir daí que, *no conjunto*, sejam os ferramenteiros mais “radicais” ou “esquerdistas” em suas orientações e preferências políticas e ideológicas. Pelo contrário. Ainda que seja entre eles que se encontrem os entrevistados “mais esquerdistas”, *como grupo*, esta categoria profissional tende a posições políticas mais moderadas, tanto à esquerda como à direita. Cumpre não esquecer que uma *maior agressividade reivindicativa pode estar associada a uma consciência profissional corporativista e a melhores possibilidades de conduzir uma luta reivindicativa ante a empresa*, diferenciando-se bastante, neste aspecto, dos trabalhadores semiquualificados ou braçais, sujeitos mais fortemente à ameaça do desemprego e à concorrência do “exército industrial de reserva”. Talvez por tais razões é que encontramos, entre esses últimos setores, índices de fraca participação política e social acompanhados de opções políticas mais radicais expressadas pela preferência aos candidatos populistas de coloração mais nacionalista e esquerdista.

COMPORTAMENTO ELEITORAL E ATITUDES POLÍTICAS

A observação anterior leva-nos a examinar o comportamento eleitoral do grupo. A análise das tabelas 45 e 46 ajudarão a esclarecer as variações encontradas entre os entrevistados, segundo a qualificação profissional e a experiência de vida no meio urbano.

Tabela 50: “Nas últimas eleições, para Governador do Estado de São Paulo (1962), o Sr. votou em...”

	Operários	Ferramenteiros	Mod.	Trad.
Jânio Quadros	28%	55%	49%	15%
Adhemar de Barros	29	21	18	20
José Bonifácio	7	8	5	15
Cid Franco	–	4	5	–
Em branco	11	4	18	5
Não votou	25	8	5	45
	(100%)	(100%)	(100%)	(100%)
n=	62	24	92	20
Sem resposta	2%			

A preferência por Jânio Quadros é claramente mais pronunciada entre ferramenteiros e *Mod.*, o que equivale a dizer, entre os entrevistados de nível

salarial mais elevado, melhor qualificação profissional e mais tempo de vida em São Paulo. Observa-se, por outro lado, a inexpressiva penetração de José Bonifácio (candidato que pareceu associado às classes superiores e médias tradicionais) e de Cid Franco (candidato do Partido Socialista Brasileiro). Igualmente significativa, entre os operários e *Trad.*, é a alta proporção de indivíduos que se abstiveram de votar. É difícil avaliar com rigor até que ponto esta elevada abstenção se deve a dificuldades na transferência dos respectivos títulos de eleitor para São Paulo, ou simplesmente a um desinteresse pela campanha eleitoral, cujos resultados possivelmente sejam considerados de influência nula para a vida particular desses migrantes.

Cumpre notar que 15% dos *Trad.* e 13% dos operários comuns não tinham título de eleitor. Mas dado que as dificuldades para a regulamentação da situação eleitoral não são demasiadamente acentuadas, julgamos que, em muitos casos, trata-se de uma atitude “pré-política” ou de uma descrença ou indiferença generalizada ante os resultados das urnas, hipótese que ganha consistência se lembrarmos os fracos índices de leitura de jornais, o baixo nível educacional e o repúdio que as camadas inferiores do proletariado manifestaram pelas formas democráticas de governo segundo o modelo dos países desenvolvidos do Ocidente. Em compensação, entre os *Mod.* e ferramenteiros não encontramos um só trabalhador que não fosse eleitor.

Tabela 51: “O Sr. é eleitor?”

	Operários	Ferramenteiros	Mod.	Trad.
Sim	87%	100%	100%	85%
Não	13			15
	(100%)	(100%)	(100%)	(100%)
	62	24	22	20

Em vários pontos nossas conclusões coincidem com as das pesquisas de F. Weffort sobre o populismo em São Paulo. Comparando os eleitores de Adhemar de Barros e de Jânio Quadros este autor observou maior penetração janista “nos setores mais urbanizados da população, em particular nos núcleos de maior concentração operária”.¹³

¹³ Cf. Francisco C. WEFFORT, “Raízes Sociais do Populismo em São Paulo”, *Revista Civilização Brasileira*, Rio, maio de 1965. Cf., também, do mesmo autor: “Estado y Masas en el Brasil”, *Revista Latino-americana de Sociologia*, Buenos Aires, março de 1965, e *Classes Populares e Política (Contribuição ao Estudo do Populismo)*, São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (USP), 1968, (mim.).

Segundo F. Weffort, Jânio Quadros tenderia a “expressar politicamente os setores assalariados – operários e classe média assalariada – mais integrados no desenvolvimento capitalista, diversamente de Adhemar de Barros, que daria expressão a camadas marginais a este processo, em particular pequenos proprietários e setores assalariados de tipo “lumpem”.¹⁴ No nosso caso, encontramos apenas 15% de eleitores “janistas” entre os trabalhadores chegados recentemente de regiões pré-industriais em comparação com os 49% registrados entre os entrevistados de origem urbana.

O mesmo autor encontrou em ambos os eleitores, de Jânio Quadros e Adhemar de Barros, um “profundo desencanto social”. Este mesmo “desencanto” com relação ao *status quo* nós observamos entre o grupo pesquisado, embora houvesse, concomitantemente, uma valorização e uma apreciação bastante positiva do emprego na Empresa Automobilística.

Esses fatos levam-nos a pôr em dúvida toda sorte de hipóteses que buscam explicar o baixo índice de participação em atividades associativas, profissionais e políticas dos trabalhadores brasileiros com base na suposta satisfação pelas condições de trabalho e de vida no meio fabril e urbano, em contraposição às vigorantes no meio rural e tradicional. Na realidade, todos os dados de pesquisas empíricas efetuadas apontam a insatisfação dos setores populacionais emigrados para os grandes centros urbanos. Os fundamentos dessa insatisfação tentamos apontar nos capítulos precedentes, ao mesmo tempo em que acusávamos a ambiguidade que impregnava as orientações dessas populações, ao mesmo tempo vencedoras e vencidas com referência ao projeto original de melhoria de vida e de ascensão social.

A pesquisa de F. Weffort corrobora também em outros aspectos as tendências observadas entre os trabalhadores da Empresa Automobilística, permitindo-nos inseri-las num contexto mais amplo. O descontentamento e a apreciação extremamente crítica da ordem social notada entre as massas *janistas* e *ademaristas*, observa o autor, traduzem-se ora por um “moralismo popular”, ora por um desejo de proteção, de confiança nos poderes superiores do líder. O primeiro aspecto é mais acentuado entre os *janistas* e o segundo entre os *ademaristas*. “O moralismo das massas *janistas* toma o conteúdo muito popular de limitação dos privilégios que se

¹⁴ Francisco C. WEFFORT, “Raízes Sociais do Populismo em S. Paulo”, p. 51.

associam à corrupção”,¹⁵ observação que coincide com os dados de nossas investigações, nas quais as aspirações de “justiça”, “honestidade” e “proteção” transparecem nitidamente nas entrevistas efetuadas.

O populismo, como já se observou, poderia ser definido como uma forma de participação política súbita de massas recém-mobilizadas e recém-saídas dos modelos tradicionais de dominação. Essa definição, no entanto, é ainda insuficiente, pois não capta as formas peculiares que assume este avanço da “democratização fundamental” para usar o conceito de Mannheim. O importante, para a caracterização do populismo – quaisquer que sejam as variantes, menos ou mais radicais – é que a entrada das massas no processo político,¹⁶ escapando dos tipos de controle preexistentes, entre os quais o coronelismo, não se faz através de canais “classistas”, como ocorreu na Europa Ocidental. É neste ponto, precisamente, que encontramos o traço essencial que distingue o populismo de outros movimentos sociopolíticos de massas dos países de antiga industrialização. No continente europeu, havia a presença de massas já participantes de uma economia monetária relativamente desenvolvida. As camadas inferiores da população, integradas *economicamente* pela expansão do sistema industrial, obtiveram paulatina, e mais lentamente do que no Brasil, sua integração *política*, através da legitimação de direitos sociais e políticos, e das instituições que se ofereciam como representantes destes setores (direitos de voto, legalização dos sindicatos e partidos políticos operários, etc.). No caso brasileiro, trata-se de populações mediocrementemente integradas numa economia monetária (enquanto consumidores) que passam rapidamente a ter condições formais de participação política, antes de encontrarem vias efetivas de intervenção autônoma e organizada (partidos e sindicatos) no sistema de poder de uma sociedade industrial e relativamente massificada.¹⁷

¹⁵ Francisco C. WEFFORT, “Raízes Sociais do Populismo em São Paulo”, p. 59.

¹⁶ O crescimento do corpo eleitoral brasileiro, aliado ao crescimento das grandes cidades, em grande parte responde pela quebra dos tipos costumeiros de manipulação e controle do eleitorado. Assim, em 1933, o corpo eleitoral brasileiro era de aproximadamente 1.400 mil eleitores; em 1934, atingiu 2.700 mil; em 1945, 7.300 mil; em 1950, 11.400 mil; em 1955, 15.240 mil; em 1960, 15.500 mil; em 1966, 20 milhões de eleitores.

¹⁷ “... A formação de um movimento operário exige uma participação intensa por parte das massas e uma lenta acumulação de experiência organizatória. Este processo dificilmente pode dar-se quando ocorre um repentino incremento no volume da classe operária urbana. Em um país subdesenvolvido, os reduzidos grupos da classe operária, que possuem alguma experiência prolongada no que diz respeito à participação e negociação, geralmente logo se

Na Europa, a participação dos setores sociais inferiores assumiu cunho “classista” em consequência da existência de uma classe operária numerosa, política e sindicalmente organizada. No Brasil, o avanço da urbanização com relação à industrialização acarretou a concentração de grandes massas populares não operárias nas grandes cidades. As características contemporâneas da tecnologia industrial, de capital intensivo, não permitiram a absorção destas massas no setor secundário. Formou-se, nos centros urbanos, uma população pobre, extremamente heterogênea do ponto de vista socioprofissional, que não se vincula diretamente ao sistema de produção fabril. As ideologias socialistas e proletárias que assinalaram a emergência da classe operária nos países de velha industrialização dificilmente poderiam reproduzir-se nas condições do desenvolvimento brasileiro. O proletariado fabril representa uma facção minoritária relativamente favorecida em comparação com os estratos urbanos pobres não empregados na indústria e em comparação com as populações rurais. Neste contexto, a intervenção das camadas inferiores na política nacional tomou a forma de movimentos populares, policlassistas, frouxamente estruturados, sem programas e ideologias claramente definidos, através dos quais transpareceu o descontentamento de tais camadas contra o *status quo* e contra os “ricos”. Suas reivindicações e exigências não se organizaram em torno dos problemas fabris; os grupos operários que integraram esses movimentos não se sentiam “produtores”¹⁸ e “expropriados” e suas aspirações não se localizaram fundamentalmente no plano da indústria e da produção, mas no da cidade e no do consumo.

tornam demasiadamente razoáveis e perdem o contacto com as massas recentemente mobilizadas que afluem do campo ou que estão despertando de um sonho milenário nas próprias cidades”. Torcuato DI TELLA, “Populismo y Reforma en América Latina”, *Desarrollo Económico*, Buenos Aires, janeiro-março de 1961, vol. 4, n.º 16.

¹⁸ A consciência de produtor, de criador de riquezas, dificilmente pode surgir entre o proletariado moderno nas atuais condições tecnológicas e da organização do sistema de trabalho e de produção. O seguinte trecho de A. CHINOY, sobre os trabalhadores de uma indústria automobilística norte-americana, resume bastante bem os empecilhos que se opõem à formação de uma “consciência de produtor”, ou de “criador de riquezas” entre os operários submetidos ao trabalho em série: “Embora os operários da indústria automobilística, como muitos outros operários industriais, possam reconhecer o produto final para o qual contribuíram, sua contribuição é tão pequena em consequência da divisão do trabalho, e tão insignificante em consequência da substituição da habilidade manual por máquinas, que os laços psicológicos entre o operário e o produto são tão tênues que podem ser considerados sem significado”. Ely CHINOY, *Automobile Workers and the American Dream*, p. 85.

Dois fatores respondem mais diretamente pelo fato de a participação operária na vida política brasileira efetuar-se sob a forma de movimentos populistas e não de classe (no sentido marxista): em primeiro lugar, a preponderância das exigências socioeconômicas sobre as socioprofissionais, ou seja, das que se localizam antes na área do *consumo* do que na da *produção* e do *trabalho*¹⁹ em segundo lugar, a debilidade política e sindical das camadas operárias, decorrência, entre outras causas, de seu fraco peso específico no conjunto da população, da pressão constante do excesso de mão de obra, que reduz o valor do fator trabalho e o poder de barganha dos setores assalariados. Em tal contexto, a orientação populista, acompanhada da crença nas virtudes protetoras e onipotentes de líderes de extração social não operária (como Vargas, Adhemar de Barros, João Goulart, Jânio Quadros, etc.) expressou a incapacidade dos trabalhadores de efetuarem por si mesmos uma mobilização autônoma de largo alcance com vistas à obtenção de suas exigências enquanto camada social diferenciada. Indubitavelmente, a crença nos poderes dos líderes populistas envolve um forte componente tradicional de tipo carismático. Mas, em parte, houve a própria fraqueza do movimento operário brasileiro e o fato de que um conjunto de reivindicações que sensibilizam mais de perto os trabalhadores encontra poderosos obstáculos para ser alcançado através de uma ação direta e independente da classe, em negociações e conflitos com os grupos empresariais. Vem daí, por exigências estruturais e econômicas, a inclinação das massas populares por regimes fortes, levando-as, igualmente, a depositar suas esperanças em líderes políticos capazes – graças à manipulação das instituições estatais – de agir sobre questões que ultrapassam de longe a capacidade de atuação das associações operárias: contenção da inflação, aceleração do desenvolvimento, ampliação do sistema educacional, problemas urbanos, como moradia, transporte, etc.

Os dados da investigação na área do comportamento político sugerem uma relação entre as seguintes variáveis: preferência por soluções autoritárias, quanto ao regime, e tendências políticas mais radicais e “esquerdizantes”. Em outras palavras: os que optam por uma ditadura estão mais inclinados a apoiar movimentos populistas de “esquerda”, fato que indica claramente o sentido da preferência por regimes ditatoriais. Essas

¹⁹ Cf. A. TOURAINE: “Industrialisation et Conscience Ouvrière à São Paulo”, *Ouvriers et Syndicats d’Amérique Latine*.

orientações são mais pronunciadas entre os grupos operários de menor remuneração e recentemente chegados à cidade, isto é, entre os trabalhadores de origem agrícola. Assim, são precisamente os setores que oferecem os maiores índices de abstenção eleitoral os que, *comparativamente*, se inclinam mais acentuadamente por soluções políticas de tipo “esquerdizante”, “nacionalista”, cujo conteúdo e sentido explicitaremos mais adiante.

Tabela 52: “Se o Sr. tivesse que escolher entre o Lacerda e o Brizola para Presidente da República, em quem o Sr. votaria?”

	Operários	Ferramenteiros	Mod.	Trad.
Brizola	53%	56%	43%	70%
Lacerda	16	22	14	5
Em branco	31	22	43	20
Nunca ouviu falar nos políticos mencionados	–	–	–	5
	(100%)	(100%)	(100%)	(100%)
n =	62	24	22	20

(*) Tomamos Carlos Lacerda e Leonel Brizola como representantes extremos de orientações políticas antagônicas e radicalizadas nas suas respectivas posições, no momento em que os questionários foram aplicados. O primeiro aparecia como o “anti-Getúlio” por excelência, candidato de forte penetração nas classes médias e ricas, tendo como plataforma ideológica a luta contra a corrupção e o “anticomunismo”; o segundo era o nacionalista radical. Não importa, para nossos fins, a discussão do mérito e do conteúdo das respectivas ideologias. Importa-nos, apenas, como apareciam aos olhos do eleitorado brasileiro.

Confirmando os resultados de outras pesquisas,²⁰ a penetração de Carlos Lacerda – então ligado a ex-UDN – entre os setores operários era bastante minoritária. Leonel Brizola, identificado com as posições nacionalistas e trabalhistas, qualquer que seja o setor operário, sem sombra de dúvida encontrava maior receptividade. O aspecto importante, contudo, são as variações evidenciadas entre os operários comuns e ferramenteiros, e entre *Mod. e Trad.*

²⁰ Para a análise da penetração eleitoral dos principais partidos políticos brasileiros nas diferentes camadas sociais, consulte-se: Gláucio A. Dillon SOARES, “Classes Sociais, *Strata* Sociais e Eleições Presidenciais de 1960”, *Sociologia*, S. Paulo, setembro de 1961; “As Bases Ideológicas do Lacerdismo”, *Revista Civilização Brasileira*, Rio, setembro de 1965, e “Alianças e Coligações Eleitorais: Notas para uma Teoria”, *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, julho de 1964; Cf. também: Orlando M. de CARVALHO, “Os Partidos Nacionais e as Eleições Parlamentares de 1958” e Oliveiros S. FERREIRA, “Comportamento Eleitoral em São Paulo”, *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, abril de 1960; e Francisco Pedro de COUTO, *O Voto e o Povo*, Rio, Civilização Brasileira, 1966.

Tomando como ponto de referência a qualificação profissional – ou seja, a comparação entre os ferramenteiros e os operários comuns – parece não haver diferença significativa entre ambos os setores, no que tange à conduta política, equacionada de acordo com o maior ou menor radicalismo. Com efeito, se 56% dos ferramenteiros preferiam L. Brizola (quando chamados a optar entre este político e C. Lacerda) contra 53% dos operários, encontramos uma proporção ligeiramente maior de “lacerdistas” entre os ferramenteiros do que entre os operários (22% e 16%). Como se vê, as discrepâncias aqui são pequenas. Outros dados, porém, levam-nos a sugerir a hipótese de que os ferramenteiros, no seu conjunto, inclinam-se mais acentuadamente em favor de candidatos “centristas”, cuja tônica programática e ideológica recaia sobre a “eficiência”, “realização”, “desenvolvimento” e “trabalho”. Assim, quando se indagou qual seria o “melhor candidato para a Presidência da República”, Juscelino Kubitschek foi o candidato preferido por 44% dos ferramenteiros (grupo no qual teve a maior penetração eleitoral), seguido por Carvalho Pinto, com 24% das preferências. Por outro lado, *nenhum* ferramenteiro designou L. Brizola como o candidato ideal, embora o único entrevistado que tenha citado o dirigente comunista Luís Carlos Prestes se encontre nessa categoria profissional (ver Tabela 53). Entre os *operários*, L. Brizola conta com maiores simpatias (7%), enquanto Carvalho Pinto, caracterizado como político moderado e realizador, gozando de grande prestígio entre os ferramenteiros, mereceu apenas 5% das preferências.

Jânio Quadros, entre os operários, tinha maior penetração do que entre os ferramenteiros: 31% e 18%, respectivamente, o indicaram como o melhor candidato à Presidência da República. Apesar disso, Juscelino Kubitschek é o político que gozava de maior prestígio entre os entrevistados no seu conjunto, chegando a superar ligeiramente Jânio Quadros, inclusive entre os operários (32% e 31% das preferências). Provavelmente, o fato de se tratar de trabalhadores de uma empresa automotriz, cuja criação se relaciona com o período de governo do ex-presidente Kubitschek, responda em grande parte por sua maior popularidade no grupo estudado.

Capítulo a parte constitui a interpretação comparativa das respostas dos *Mod. e Trad.* Inicialmente, convém destacar que, quando colocados ante a alternativa de optar entre C. Lacerda e L. Brizola, 70% dos *Trad.* disseram preferir L. Brizola e apenas 5% optaram por C. Lacerda. Temos aqui *as mais*

altas porcentagens de preferência por L. Brizola e, inversamente, *a mais baixa proporção de “lacerdistas”*. Entre os trabalhadores de origem urbana, a preferência por L. Brizola não chegou a 45%; a porcentagem de “lacerdistas” foi mais elevada (14%) e a de indivíduos que prefeririam votar em branco chegou a 43%. Por outro lado, no que tange à indicação do candidato ideal para ocupar a Presidência de República, Juscelino Kubitschek foi escolhido por 45% dos *Trad.*, seguido por Jânio Quadros (20%) Leonel Brizola (10%), João Goulart (10%), C. Lacerda (5%) e Adhemar de Barros (5%). Entre os *Mod.*, igualmente, Juscelino Kubitschek era o candidato preferido, embora por uma porcentagem relativamente menor de entrevistados: 35%. Seguiam-se-lhe Jânio Quadros (25%), Adhemar de Barros (10%), Carvalho Pinto (10%) e Leonel Brizola (5%).

Tabela 53: “Quem seria, na sua opinião o melhor candidato à Presidência da República?”

	<i>Operários</i>	<i>Ferramenteiros</i>	<i>Mod.</i>	<i>Trad.</i>
Juscelino Kubitschek	32%	44%	35%	45%
Jânio Quadros	31	18	25	20
Adhemar de Barros	9	–	10	5
Leonel Brizola	7	–	5	10
Carvalho Pinto	5	23	10	–
Carlos Lacerda	2	–	–	5
João Goulart	2	–	–	10
Luis Carlos Prestes	–	5	–	–
José Bonifácio Coutinho	–	5	5	–
Ninguém	3	5	–	10
Não sabe	7	–	10	5
Outros	2	–	–	–
n =	62	24	22	20
Sem resposta:	7%	8%	9%	–

Obs.: Porcentagens extraídas excluindo-se os que não responderam.

A classificação das orientações políticas em termos de “esquerda”, “centro” e “direita”, no contexto político brasileiro, é sempre difícil de ser estabelecida com exatidão e pode prestar-se a muitas controvérsias. Desde logo, ela não corresponde rigorosamente às divisões políticas clássicas que nos deram as décadas finais do século passado e as primeiras do século XX, na Europa. Lá, tipicamente, a Esquerda esteve ligada a partidos que buscavam apoiar-se na classe operária, tendo o socialismo (quaisquer que fossem seus matizes) como programa. Transpor tais conceitos para o ambiente brasileiro

não expressaria inteiramente a divisão das forças políticas e sociais. Nós os estamos utilizando no sentido corrente, tal como se popularizaram nos últimos anos, tendo como marcos de referência questões como a reforma agrária, a política externa, a estatização e a participação do Estado na economia, etc. É óbvio que, na ausência de partidos políticos de ideologias e programas mais definidos, a precisão dos conceitos não pode ser muito rigorosa. Deve-se ter em conta, demais, que frequentes vezes líderes políticos, convencionalmente classificados à “direita” (ou à “esquerda”), ante uma questão particular, se encontram em posições semelhantes. Parece claro que as divisões políticas afastam-se das linhas de estruturação socioeconômica e os diferentes estratos socioprofissionais não se expressam politicamente de modo homogêneo. Os agrupamentos político-partidários muito esquematicamente representam as divisões de classe da sociedade global. Nestas condições, também o *sentido* do apoio prestado pelo eleitor a este ou aquele candidato varia substancialmente. Contudo, feitas essas ressalvas relativas às bases sociais dos movimentos político, estaremos chamando de esquerdistas as correntes ou agrupamentos partidários que proclamavam a necessidade de incrementar a participação do Estado na economia, de realizar a reforma agrária, a sindicalização rural, a nacionalização de empresas estrangeiras, e um conjunto de medidas de cunho igualitário e democratizante a fim de permitir uma maior participação popular na política nacional e estimular o desenvolvimento industrial. Estaremos chamando de direitistas as correntes políticas que punham ênfase num desenvolvimento econômico baseado na empresa privada (nacional ou estrangeira), na diminuição da participação do Estado na economia, na aproximação com os Estados Unidos, na restrição, aberta ou velada, à participação ampliada dos setores populares na luta política, etc. Para os propósitos de uma análise da política nacional e das forças em presença, essas considerações são inteiramente insuficientes, mas parecem bastar para os objetivos que temos em mira, ou seja, a avaliação das orientações políticas dos trabalhadores estudados. Assim, deste prisma, Leonel Brizola pode ser considerado como “esquerdista” e Carlos Lacerda – sobretudo quando os questionários foram aplicados – como “direitista”. As pesquisas eleitorais mostram que o primeiro recrutava a massa de seus eleitores nos estratos sociais inferiores e, o segundo, principalmente nas camadas médias acomodadas. Não parece arbitrário, portanto, considerar que o voto a Brizola indica uma orientação mais esquerdistista e o voto a Lacerda uma orientação mais direitista.

Essas considerações, um tanto longas e possivelmente desnecessárias, tinham como escopo precisar os termos para a discussão que se segue. Os dados da pesquisa na Empresa Automobilística indicam uma preferência por L. Brizola claramente mais pronunciada entre os trabalhadores recentemente chegados de áreas tradicionais. De certo modo, poder-se-ia dizer que suas orientações políticas se situam ligeiramente mais à esquerda do que à dos demais trabalhadores, principalmente dos nascidos e educados na capital paulista. A mesma afirmação é válida com referência aos ferramenteiros, ou seja, aos setores operários mais qualificados. Lembramos, por outro lado, que também ante a greve operária os *Trad.* mostravam posições mais radicais ou “esquerdizantes”, enquanto os *Mod.* eram comparativamente mais propensos a repudiá-la enquanto forma de pressão sobre as empresas e mais céticos quanto à sua utilidade enquanto instrumento de luta para a obtenção de aumentos de salários e melhoria do padrão de vida.

Notemos, entretanto, que as porcentagens mais elevadas de abstenção eleitoral foram encontradas entre os trabalhadores de migração recente. São essas camadas, igualmente, as que entendem e consideram os sindicatos basicamente como organismos de assistência médica, apresentando índices de sindicalização inferiores aos dos ferramenteiros. Notemos, também, que são esses setores os que, comparativamente, mais se inclinam a favorecer regimes autoritários, como bem revelam as altas porcentagens de respostas indicando uma ditadura como a melhor maneira de se obter a elevação do padrão de vida dos operários e a aceleração do desenvolvimento econômico.

Temos, destarte, o seguinte quadro: são os setores operários de menor qualificação profissional, menos integrados na sociedade industrial e possuindo menores possibilidades de pressão sobre as empresas os que se inclinam mais acentuadamente a apoiar posições políticas esquerdizantes. Indicamos anteriormente que esses setores operários são os mais desencantados e pessimistas, os que têm escassas possibilidades de lograr a realização do projeto de ascensão social ou de melhoria de vida por meios individuais. Seu descontentamento os leva a optar por soluções radicais como meio de defesa no meio urbano e industrial. Mas essas opções não se traduzem em atos. Seu baixo nível educacional, sua inexperiência quanto ao modo de vida nas grandes cidades, sua alta rotatividade profissional, sua deficiente qualificação técnica, lhes confere limitadas possibilidades de intervenção política autônoma. A preferência por soluções políticas aparentemente mais radicais ou esquerdizantes está acompanhada de um

sentimento de insegurança e impotência, de incapacidade de agir e modificar, ainda que seja em pequena escala, uma teia de determinações sociais e econômicas, cujos mecanismos não chegam a discernir de modo mais coerente. A preferência por regimes autoritários vem daí: pensam numa ditadura paternalista que proteja os pobres contra os poderosos e ricos.

O sentido da simpatia por Brizola ajuda a compreender melhor (e a matizar) as orientações mais esquerdistas dessas camadas operárias. As razões do apoio ao ex-governador gaúcho raramente são explicitadas em termos de “nacionalismo”, ou seja, como uma opção ideológica e política claramente formulada, contraposta a outra orientação, tal como se encontra habitualmente nos grupos politizados e intelectualizados das camadas médias. Embora não se possa descartar a hipótese de dificuldades de verbalização das razões das preferências por L. Brizola, parece-nos que elas advêm essencialmente do fato deste político aparecer como um “amigo do povo”, tal como João Goulart, Jânio Quadros e outros líderes populistas. Os elementos programáticos e teóricos subjacentes, na grande maioria dos casos, não são enfatizados. L. Brizola é, sobretudo, um “protetor dos trabalhadores”, enquanto C. Lacerda é um “inimigo”. O elemento verbalizado raramente é a identificação com uma posição política determinada (o nacionalismo, no caso) mas a crença de que, votando em L. Brizola, estariam mais protegidos, mais defendidos contra os ricos. A isso cumpre acrescentar a antipatia a C. Lacerda, que os entrevistados sentem como um candidato dos grupos superiores, dos “outros”. Desse ângulo, é indiscutível que a opção por Brizola revela um sentimento – embora vago e de contornos pouco precisos – de hostilidade aos grupos sociais superiores. Faz-se mister, portanto, entender o “esquerdismo” dos grupos operários de migração recente (na verdade, não só desses grupos) à luz das considerações acima e não como a adoção teórica e programática de uma posição política claramente definida.

“No Lacerda eu não votaria. No Brizola talvez. Lacerda só faz agitação. Parece que ele vê os pobres como porcos”.

“O Lacerda não presta. É um cangaceiro”.

“O Lacerda é muito encenqueiro. O Brizola é muito amigo dos pobres”.

“Não votaria no Lacerda, culpado da morte do Getúlio. Esse motivo para mim já basta. Brizola é melhor porque nunca ouvi falar mal dele e do Lacerda sim”.

“Prefiro o Brizola. O Brizola parece ser mais aliado com o povo”.

O descontentamento com relação ao *status quo*, vinculado à incapacidade de agir politicamente de modo autônomo e a inexistência de instituições mediante as quais as intervenções dos setores recém-integrados ou em fase de integração à sociedade industrial possam efetuar-se de modo relativamente sistemático, deixa perceber que estamos ante massas facilmente mobilizáveis (e manipuláveis) desde que haja proteção e estímulos vindos “de cima”. Encontramos, portanto, três elementos relacionados: I) a preferência por governos autoritários (de tipo populista); II) apoio a soluções político-sociais mais radicais; e III) possibilidades restritas de intervenção política autônoma.

A aspiração de integração à ordem competitiva e ao mesmo tempo o baixo padrão de consumo, a situação de semimarginalidade, a percepção instrumental e externa da sociedade industrial por parte dos grupos operários de formação recente (especialmente dos que acabaram de abandonar o meio rural) atuam conjuntamente no sentido de *fixar suas exigências quase exclusivamente no terreno do consumo e da assistência em detrimento de outras reivindicações referentes ao controle das decisões políticas e às formas do crescimento econômico*. Esses setores têm sido, destarte, causadores de desequilíbrio do *status quo* político e social mais pela pressão relativamente forte (ante as precárias possibilidades atuais do sistema produtivo) que efetuam em favor de medidas distributivas e assistenciais do que pela afirmação de uma alternativa positiva de reorganização dos fundamentos estruturais do sistema. Neste contexto, a entrada das classes populares na vida política nacional, sobretudo na proporção em que vigoram os mecanismos institucionais que possibilitam o populismo, tende a favorecer a criação de um clima social propício a toda sorte de demagogia redistributiva – ou falsamente redistributiva – em prejuízo das alternativas que colimem a longo prazo o incremento da produção, a liquidação dos “pontos de estrangulamento” da economia brasileira, a participação mais democrática dos setores populares nas decisões relativas aos rumos a serem imprimidos ao desenvolvimento do país. Por outro lado, estimula as configurações político-partidárias cujo traço mais marcante da vinculação com os grupos recentemente mobilizados recai tipicamente na denúncia abstrata das “falhas” mais superficiais do funcionamento do sistema, conjugada a promessas de benefícios a serem outorgados na esfera do consumo.

A preocupação com matizar as diferenças observadas nas orientações políticas dos entrevistados, de acordo com a qualificação profissional, origem social, etc., não deve levar a obscurecer suas orientações mais gerais. É certo que, se obrigados a optar entre um radicalismo de direita, encarnado então por C. Lacerda, e um nacionalismo de esquerda, do qual L. Brizola aparecia como um dos líderes mais conhecidos, a ampla maioria dos respondentes optaria por essa última alternativa. Entretanto, no conjunto, L. Brizola não consegue uma penetração e apoio expressivos. As preferências vão esmagadoramente para Juscelino Kubitschek e para Jânio Quadros, quer entre os operários comuns e os ferramenteiros, quer entre os trabalhadores nascidos nas grandes cidades, e os de migração recente da agricultura ou pequenas cidades do Nordeste. Em outras palavras: as preferências vão, em sua maioria, para os políticos populistas menos radicais ou “esquerdizantes”, como, aliás, estão a demonstrar os resultados eleitorais.

CARACTERÍSTICAS DA INDUSTRIALIZAÇÃO E CONSCIÊNCIA OPERÁRIA

O termo consciência de classe introduziu-se no vocabulário corrente pela extensão da influência do marxismo. Contudo, tal como ocorre com o conceito de classe – com o qual está relacionado – carece de maior precisão, em parte porque o próprio Marx não se dedicou a ele de modo mais sistemático, e, em parte, porque outros autores, inclusive os cientistas sociais, passaram a utilizá-lo com variada significação e de acordo com suas respectivas definições de classe social. Apesar disso, o conceito como é utilizado generalizadamente (embora nem sempre com o devido rigor) traz a marca de origem e se mostra particularmente relevante quando se estudam *grupos operários*.²¹ Neste sentido, a consciência de classe não deve ser entendida como a mera consciência de identificação com uma classe, como surge em Centers,²² não sendo tampouco redutível à consciência coletiva dos operários (como dá a entender Gurvitch²³).

²¹ Embora se possa, da perspectiva do marxismo, referir-se à consciência de classe da burguesia (falsa consciência, segundo Lukacs), o conceito está mais vinculado ao proletariado, uma vez que implica a tomada de consciência, não apenas dos interesses do grupo enquanto tal como também de uma “exploração” da classe operária pelos detentores dos meios de produção.

²² Richard CENTERS, *The Psychology of Social Classes*, Nova York, Russel & Russel, 1961. Segundo o autor, é a consciência de classe que responde pela existência da classe, pois

Nós a entenderemos aqui no sentido de A. Touraine: “... a consciência de classe supõe a união de três elementos: a *afirmação de si*, quer dizer, de um princípio de reivindicação; a *oposição* a quem detém o poder sobre o trabalho; a *referência a uma sociedade* cujas relações sociais entre a classe dominante e os trabalhadores constituem um elemento fundamental”.²⁴ Distingue-se, assim, um *princípio de totalidade* que é a “consciência da sociedade, a concepção da organização social como um sistema de poder controlando a utilização do trabalho e a repartição de seu produto”; um *princípio de identidade*, ou seja, “a consciência de si, o sentimento de oferecer um fator de produção essencial, o trabalho”; e um *princípio de oposição*, que é o reconhecimento do adversário, a oposição aos que detêm um poder sobre o trabalho.²⁵ Esses três elementos, como observa o autor, nem sempre podem encontrar-se reunidos: a consciência de pertencer a um grupo social determinado pode não se acompanhar de uma “consciência hostil ao grupo patronal”, isto é, pode não estar associada ao princípio de oposição. Pode ocorrer igualmente que os trabalhadores tenham a consciência da “exploração patronal” sem que definam a si mesmos como membros de uma classe. Seria possível, ainda, conceber uma situação em que coexistam uma consciência de pertencer a um grupo específico e a consciência do antagonismo sem a presença de uma visão da totalidade social, ou seja, de “um princípio central de funcionamento da sociedade”. A partir desses elementos, o autor define além da consciência de classe, I) uma *consciência proletária*, que seria pura consciência de oposição, pura negação não referida a nenhum princípio positivo de reconstrução social e de afirmação de classe e II) uma *consciência popular*, característica de uma sociedade

“uma classe social não é senão aquilo que as pessoas coletivamente pensam dela” (p. 78). As classes não teriam existência objetiva, ao contrário dos estratos sócio-profissionais.

²³ Georges GURVITCH, *El Concepto de Clases Sociales de Marx a Nuestros Dias*, Buenos Aires, Ediciones Galatea-Nueva Visión, 1960, 2.º ed.

²⁴ Alain TOURAINE, *La Conscience Ouvrière*, Seuil, Paris, 1966, p. 95. Sublinhado por nós. Quiçá possa parecer estranho que, lidando com um conceito ligado à teoria marxista, deixemos de lado os trabalhos de Lukacs, o autor clássico do assunto. Mas o tratamento que este dá à questão, a nosso ver, além de implicar um *a priori* ideológico impede a utilização sociológica do conceito, observação, aliás, ociosa pois Lukacs deixa claro que a consciência de classe, para ele, não se apresenta como uma questão de “interesse sociológico geral”. Cf. Georg LUKACS, *Histoire et Conscience de Classe* (cap. “La Conscience de Classe”), Paris, Minuit, 1960.

²⁵ *Ibid.*, *passim*.

protoindustrial.²⁶ Aqui a noção de *povo* ocupa um lugar central. Ela permite unir “todos os que trabalham contra uma minoria de exploradores e parasitas. Não é na empresa que ela se forma mais facilmente, mas antes na cidade, no quarteirão popular, muito heterogêneo, em que operários, comerciantes, artesãos, pequenos empresários se acotovelam e se misturam, como nos velhos bairros “populares” de Paris ou de Londres, opondo-se em conjunto aos habitantes dos “bairros grã-finos”.²⁷

A pesquisa de Touraine constitui uma tentativa original – a única que conhecemos – de tratar o tema em níveis sociológicos, apoiado no estudo empírico de seis categorias profissionais operárias. Deste ângulo, a consciência de classe desvincula-se de uma concepção ideológica e doutrinária ao mesmo tempo em que não se confunde com os estados psicológicos dos operários. Ela constituiria uma forma particular de expressão da consciência operária²⁸ e surgiria num momento determinado da evolução do sistema de produção capitalista-industrial: no momento do encontro do ofício operário com a organização industrial, medeando a passagem de um sistema profissional a um sistema técnico de trabalho.

É a entrada no sistema técnico de trabalho que transforma (...) o princípio de totalidade. De agora em diante pode nascer a ideia de uma sociedade, de uma ordem industrial. Ao mesmo tempo, no momento desta entrada, ao menos em numerosos casos, o princípio de identidade e o princípio de oposição conservam suas formas tradicionais: o operário defende seu ofício ao mesmo tempo profissional e economicamente, enquanto ataca o lucro e o poder dos capitalistas. Se o operário não pode apoiar-se sobre seu ofício, como é o caso dos operários especializados no trabalho em série, esta união complexa desmorona-se e dela só subsiste uma hostilidade a respeito

²⁶ Por sociedade *protoindustrial* entende-se a sociedade em que a “indústria ocupa já um lugar técnico e econômico importante, mas em que as relações sociais permanecem fundamentalmente dominadas por concepções pré-industriais”. *Op. cit.*, p. 311.

²⁷ *Op. cit.*, p. 312.

²⁸ O autor define a consciência operária como “o sentido dado a uma situação na qual os operários estão colocados ante os empregadores num sistema de produção”, ou seja “o sentido dado à experiência profissional, econômica, social e cultural do trabalho”. A consciência operária define assim um “sistema de reivindicação e exigência com relação ao trabalho”. *Op. cit.*, *passim*.

do empregador e, ao mesmo tempo, o desejo de aumentar o salário ante o qual o interesse pelo trabalho é sacrificado.²⁹

Definida a consciência de classe como abrangendo uma consciência de identidade, uma consciência do outro e uma consciência da ordem industrial – tal como a entende Touraine – o problema subsequente consiste na possibilidade de sua captação em termos de investigação empírica. Em outras palavras: Que elementos podem ser tomados operacionalmente como indicadores de consciência de classe? No caso específico dos trabalhadores da Empresa Automobilística, as respostas ao questionário, aliadas às entrevistas informais e às palestras com os trabalhadores permitem-nos chegar a alguns resultados e avançar algumas hipóteses mais gerais relacionados ao proletariado brasileiro no seu conjunto. Para tanto, três áreas de investigação devem ser distinguidas: I) a relacionada à consciência do grupo e que se manifesta nas atitudes ante as associações profissionais e na definição do que significa ser operário; II) a consciência do *outro*, expressa nas atitudes ante a empresa e na definição do “patrão” e III) as percepções e orientações ante a *sociedade industrial*. Do prisma da terminologia da discussão precedente, essas áreas corresponderiam, respectivamente, aos princípios de identidade, de oposição e de totalidade.

Os capítulos anteriores já oferecem elementos para a avaliação do comportamento ante a empresa e o sindicato. Procuramos mostrar a inexistência de uma “consciência de explorado” e a aceitação, por parte dos trabalhadores, dos objetivos da empresa e, em especial, do lucro. Concretamente: não se encontrou, no grupo investigado, a ideia de um antagonismo separando a empresa e os empregados, o que nos leva a dizer que o “princípio de oposição” é, no melhor dos casos, muito débil. Com relação ao sindicato, os baixos índices de integração e a própria concepção de quais devem ser suas funções indicam um fraco sentimento de identificação com a classe. Em suma: faltam aqui dois dos componentes que concorrem para a estruturação da consciência de classe, tal como a estamos entendendo. Esses dois aspectos podem ainda ser apreciados de outro ângulo, ou seja, através das imagens que os trabalhadores fazem de si mesmos e dos empregadores. Começaremos examinando-as através das respostas à seguinte pergunta: “Na opinião do Sr., que é um operário?”. Infelizmente não foi possível estabelecer categorias para a quantificação e

²⁹ *Op. cit.*, pp. 329 e 330.

apresentação das respostas em termos percentuais. A pergunta era “aberta”; os entrevistadores foram instruídos a não insistir que os entrevistados explicitassem suas definições, mas que anotassem *ipsis litteris* a primeira resposta oferecida pelos trabalhadores. Como seria de esperar, encontraram-se reunidas, numa mesma definição, referências a vários atributos, como seja, o trabalho, a situação de subordinação, de pobreza, de assalariado, etc.

“Operário é um indivíduo que tem que trabalhar todos os dias e nunca pode descansar”.

“É uma pessoa que tem que lutar pela vida. Tem que sofrer. Sai cedo de casa”.

“Operário é uma das piores coisas que tem. Vida muito difícil, passa muita necessidade”.

“É um *cara* obrigado a fazer tudo, mandado por todo mundo”.

“É um indivíduo de classe muito baixa. Não tem estudo. tem que tolerar muita coisa”.

“É uma pessoa que vive de salário”.

Um aspecto a ser ressaltado é que a menção explícita e única à condição assalariada recebeu fraca porcentagem de respostas.³⁰ Por outro lado, a situação de subordinação foi fortemente acentuada, tendo alguns dos trabalhadores equiparado o operário ao escravo. Porém, quaisquer que sejam os atributos em torno dos quais se polarizam as definições, quase todas elas estavam impregnadas da ideia de que o operário é essencialmente um homem pobre, dominado e desprotegido: um “infeliz”.

“O operário é um coitado, desprotegido de todos”.

A maior parte das respostas define o operário como aquele que *trabalha*. O operário seria, então, essencialmente, o trabalhador. Mas convém explicitar o sentido que o atributo “trabalho” adquire na definição da grande maioria dos entrevistados. Primeiramente, o trabalho é entendido sempre como *manual* e, em seguida, como uma atividade cansativa, desagradável, suja, mero dispêndio de esforço físico, obrigatório e nunca devidamente recompensado.

Ora, o fato de a definição de trabalho estar tão estreitamente vinculada a tarefas desagradáveis, a sofrimento, etc., não seria indicativo de

³⁰ Uma tabulação, separando os que fizeram menção direta à situação de assalariado, mostrou que a proporção não ultrapassou 16% dos operários e 17% dos ferramenteiros.

um repúdio muito acentuado pelas tarefas realizadas? Não mostraria que elas são desprovidas de qualquer atrativo propriamente profissional para aqueles que as perfazem?³¹

Deste modo, a imagem do operário – ainda quando se configura tendo por base o atributo trabalho – identifica-se fortemente com a de pessoa humilde, inculta, que é mandada, que tem de obedecer, que é pobre e por isso *tem* de trabalhar em serviços rústicos, sujos e desagradáveis, como sintetiza esta definição.

“Operário é um homem pobre que luta pela vida, para ganhar o pão, trabalhando em serviço pesado, em serviço sujo e serviço duro”.

Considerando as respostas, nas quais a condição operária é sentida tão negativamente, não seria de se indagar se elas não expressariam uma consciência de oposição, uma visão da sociedade dividida em classes antagônicas? Ocorre, porém, que a ideia de “dominado”, de “pobre”, de “desprotegido” encobre a consciência operária: em lugar de uma percepção da sociedade dividida em classes sociais (produtores assalariados e proprietários dos instrumentos de trabalho) tem-se, mais exatamente, uma visão da sociedade dividida em *níveis sociais, cujas determinações não aparecem vinculadas à esfera do sistema de produção industrial*. Para que a consciência de “pobre” e de “trabalhador” pudesse se constituir como um dos componentes da consciência de classe, tal como a estamos entendendo, seria necessário, ao menos, que ela se associasse mais fortemente à consciência de produtor e de assalariado de modo que o capitalista aparecesse como o que se apropria do resultado do trabalho do operário. Mas raramente a imagem do operário identificou-se com a de “produtor”. Poder-se-ia pensar que ela estaria implícita na definição do operário como “trabalhador”. Contudo, já vimos, o trabalho não é valorizado enquanto “trabalho produtivo”, criador de riquezas. Não há, em suma, a valorização do trabalho. À condição operária os entrevistados não associam nenhum elemento positivo, nenhum orgulho pelo fato de pertencerem ao grupo “dos

³¹ Lembrando que esses mesmos trabalhadores valorizam fortemente a Empresa Automobilística (como procuramos deixar claro em capítulo precedente) reencontramos aqui um elemento importante para a compreensão de seu comportamento e atitudes; os trabalhadores valorizam mais o *emprego* do que o *trabalho* propriamente dito, ou seja, o salário, as possibilidades de ascensão na empresa, a condução gratuita, o restaurante, etc., e não os aspectos sócio-profissionais correlatos.

que produzem”. Para tanto, cumpriria existir uma “consciência profissional” (embora esta não se identifique com a consciência de classe) que possibilitasse, através da valorização da tarefa, o desejo de sua afirmação, a necessidade de sua defesa ante o empregador e laços de solidariedade mais estreitos com os companheiros de fábrica. Ocorre que dificilmente esta consciência pode existir entre trabalhadores semiqualeificados do trabalho em série cujas tarefas não implicam transformação da matéria, conhecimento das ferramentas ou do equipamento e, do mesmo modo, formação profissional efetiva.

Além disso, seria preciso que, na percepção dos trabalhadores, capitalista, o proprietário dos meios de produção, aparecesse como responsável pela pobreza e submissão dos operários. Em suma: os aspectos negativos da condição operária deveriam estar relacionados à “exploração” (no sentido marxista da palavra), resultado do sistema de produção e de propriedade, a fim de que o grupo capitalista fosse entendido como uma força hostil que, concomitantemente, submete o trabalhador à sua organização do trabalho orientada para o lucro e se apropria daquilo que o operário produz. Em tais condições, poderia haver coincidência entre a luta pela defesa econômica do operário e a luta pela sua afirmação socioprofissional, sendo, nos dois casos, o “inimigo” localizado numa mesma categoria social. Ora, no caso dos trabalhadores da companhia estudada, em nenhum momento a empresa surge como a responsável pela “miséria” operária. Pelo contrário: vimos que a maioria dos entrevistados considera que a sua situação pessoal melhorou; o emprego na Empresa Automobilística é avaliado como uma via (se não a melhor pelo menos a mais exequível) de realização do projeto de melhorar de vida ou de ascender socialmente. É um meio de escapar dos aspectos negativos da condição operária, ou de atenuá-los. Na percepção dos informantes, a miséria operária não deriva do trabalho fabril, não decorre, melhor dito, da “exploração do trabalho” pelos proprietários capitalistas, mas de fatores sociais e políticos mais amplos que o grupo não sabe discernir com precisão. *São explorados porque são pobres e não são pobres porque são explorados*. A pobreza, e, mais do que ela, a submissão, aparecem assim como um dado natural que leva ao fatalismo e à resignação. E, ainda que se pudesse falar numa “consciência de explorado” ela não poderia ser identificada a uma consciência de oposição (*princípio de negação*) uma vez que não se estruturaria em torno dos problemas do trabalho das relações com a camada

proprietária. Por isso não pode ser definida como “consciência proletária” (tal como a define Touraine) porque, nesta, a pura negatividade é a recusa do presente, ou seja, do capitalismo, enquanto, aqui, a recusa não existe, o que não impede que as reivindicações salariais possam acarretar atritos com o setor empresarial, tal como as aspirações de integração na ordem urbano-industrial podem por em risco o equilíbrio do *status quo*.³²

A definição do “patrão” oferece novos elementos para a discussão, possibilitando complementar a imagem que os trabalhadores formam de si próprios.

Diferentemente da pergunta anterior, foi possível, neste caso, estabelecer algumas categorias para a tabulação e apresentação das respostas em porcentagem. A imagem do “patrão” envolve a percepção conjunta de diferenças hierárquicas, de níveis de renda, de tipo de trabalho e posse dos instrumentos de produção. Tabulamos as respostas de acordo com o aspecto que era salientado na definição e que, Obviamente, em algumas respostas, poderia ser mais de um. Tal como no caso da pergunta referente à definição do operário, os entrevistadores anotaram as respostas nas próprias palavras dos respondentes, sendo a pergunta “aberta”.

Como percebemos pela análise da Tabela 54, o patrão é entendido basicamente como o que *manda* por uma proporção elevada de trabalhadores. Nota-se que os *Trad.* acentuam fortemente as diferenças no nível de renda, ou seja, a dicotomia rico-pobre, enquanto este aspecto quase não é mencionado pelos *Mod.* (40% e 9%, respectivamente). Por outro lado, esses últimos são mais propensos a tomar como critério a posse dos meios de produção e do capital. Os ferramenteiros praticamente não mencionaram as diferenças no *tipo* de trabalho (trabalho manual em contraposição a trabalho não manual), enquanto uma proporção relativamente elevada de operários (24%) o tornaram como ponto de referência.

³² “... o desequilíbrio político da sociedade parece associar-se a tensões latentes puramente sociais, que se polarizam politicamente graças ao teor irracional e egoístico das avaliações daquelas tensões pelos círculos conservadores. Os resultados da investigação histórica e da investigação sociológica sugerem, convergentemente, que tanto o trabalhador agrícola, quanto o operário – para não se falar do negro ou do estudante radical, que também com partilham de motivações análogas – são movidos, socialmente, pelo afã de ter acesso às posições acessíveis na ordem social competitiva, de se classificarem dentro dela de modo estável e de participarem, com a própria família, de seus mecanismos de ascensão social”. Florestan FERNANDES, “Crescimento Econômico e Instabilidade Política no Brasil”.

Tabela 54: “Na opinião do Sr., o que é um patrão? Em que se diferencia de um operário?”

	Operários	Ferramenteiros	Mod.	Trad.
Acentua as diferenças hierárquicas ³³	42%	30%	31%	40%
Acentua as diferenças de nível de renda ³⁴	21	17	9	40
Acentua as diferenças no tipo de trabalho (trabalho intelectual e trabalho braçal) ³⁵	24	4	–	
Acentua a posse dos meios de produção ³⁶	26	26	41	25
Acentua o trabalho em si mesmo ³⁷	15	13	5	5
Outras respostas	26	14	18	10
Não soube responder	–	4	–	–
n =	62	24	22	20

OBS.: Respostas múltiplas. Soma das porcentagens superior a 100%.

Porém, mais importante do que a classificação formal das respostas é a análise e explicitação de seus significados e conteúdos. Quaisquer que sejam as diferenças salientadas elas são vistas do prisma de um profundo sentimento de inferioridade. Importa salientar que o “patrão” não aparece precipuamente como um “explorador” do trabalho, mas como o rico, o poderoso, o que tem capacidade, o que dispõe das coisas e dos homens, principalmente como o que dispõe de si mesmo, da própria vida. Em contraposição, o operário aparece, novamente, como o que é mandado, o que “sofre”, o que trabalha, porque o outro é poderoso, tem mais conhecimentos, mais responsabilidade. Numa palavra: o patrão é *rico*, o operário *pobre*.

“O patrão passa bem melhor que o operário. O patrão come bem, come franguinho. O dinheiro sobra para o patrão”.

³³ “O patrão manda e o operário obedece”; “O patrão manda e não pede e o operário tem a obrigação de obedecer”; “O patrão manda, o operário trabalha”.

³⁴ “O patrão tem dinheiro, o operário não tem”; “O patrão é rico. Se o operário tivesse dinheiro também poderia ser patrão”; “O patrão tem bastante dinheiro. O operário é pobre. O patrão precisa menos do operário porque tem muita gente desempregada”.

³⁵ “O Patrão trabalha com a cabeça. “O operário trabalha com as mãos”. “O patrão tem que pensar, o operário, não”. “O operário trabalha na produção e o patrão na direção”. “O patrão tem conhecimentos muito mais elevados do que os dos operários. Se não fosse assim, a função poderia mudar: o patrão passaria a ser operário e o operário passaria a ser patrão”.

³⁶ “A diferença é que o patrão tem o capital, é dono, tem a palavra”. “O patrão tem o capital e o operário não tem nada”. “O patrão é capitalista e o operário é que constrói o capital do patrão”.

³⁷ “O operário trabalha sempre, o patrão só trabalha quando quer”. “O operário trabalha e não tem problemas. O patrão não trabalha e tem problemas”.

“O operário é quem sofre. O patrão é o que dá em cima. O pobre como arroz com feijão. O rico tem tudo”.

“O patrão pode dar boa educação para os filhos; pode ir a lugares que o operário não pode”.

Além disso, o patrão é *poderoso*, pode dispor da vida dos operários:

“O patrão é dono da companhia e dos operários. É a mesma diferença entre um rei e um súdito”.

“O patrão manda e o operário tem que obedecer senão ele pode ser despedido”.

“O patrão é o dono da firma, pode fazer o que quer, e o operário tem que obedecer e cumprir suas obrigações”.

A crença no poder do patrão alia-se, amiúde, à ideia de “responsabilidade” e de “capacidade” patronal. Aos operários cumpre obedecer porque o rico que manda “sabe o que faz”, tem *conhecimento* e *instrução* superiores aos dos trabalhadores.

“O patrão tem mais capacidade que o operário. Ele sabe o que faz e ele manda”.

“O patrão é uma pessoa de maior capacidade, é uma pessoa que sabe mais do que o operário. O patrão tem todo o conforto que o operário não tem”.

“O patrão tem mais preocupação e problema. O operário só tem o problema de trabalhar”.

Novamente, encontramos na análise das definições do patrão uma percepção de diferenças sociais mais do que de diferenças de funções ou de posição no sistema de produção. Talvez fosse possível falar aqui de uma consciência de oposição que não tem como referência direta e básica a divisão dos grupos sociais determinada pela ordem econômica, mas diferenciações decorrentes de poder, riqueza, mando e instrução. Assim, o operário, quando caracteriza o patrão como o rico, o que manda, e o identifica com todos os demais membros das camadas superiores, identifica a si próprio menos com o seu grupo socioprofissional e mais com a massa, profissionalmente variada, dos que trabalham, dos que têm pouca instrução e recebem salário baixo, dos que são *pobres*.³⁸ A identificação far-se-ia, pois, com os que, no plano do consumo de bens materiais e culturais, situam-

³⁸ Esta mesma forma de consciência popular foi notada por Juarez Brandão Lopes entre os operários da fábrica que estudou. Cf. *Sociedade Industrial no Brasil*, p. 67.

se em nível relativamente semelhante. Em outras palavras: o trabalhador identifica-se mais com os que partilham formas de consumo relativamente semelhantes do que com os que realizam o mesmo tipo de trabalho.

Mencionamos anteriormente que o outro componente da consciência de classe (o princípio de totalidade) implica uma referência à sociedade industrial, vinculada à afirmação da positividade da classe e de seu papel remodelador da ordem social. Sem esta referência, a consciência de classe seria quando muito uma consciência corporativista, segundo a definição que P. Anderson utiliza para definir a consciência do proletariado inglês,³⁹ ou seja: uma classe capaz de afirmar-se enquanto grupo ou camada social específica, com forte consciência de si mesma, mas incapaz de se dar uma orientação de reorganização da sociedade inclusiva. Ora, o princípio de totalidade implica, destarte, de um lado, a consciência de pertencer a uma ordem social mais ampla (sociedade industrial) e, de outro, a ideia de que os trabalhadores (enquanto classe, camada ou grupo social distinto dos demais) se vejam como desempenhando um papel essencial no funcionamento do sistema, definindo formas de intervenção autônoma na vida política nacional e, no limite, se dando um projeto próprio, um projeto que sendo determinado pelo modo peculiar de inserção no sistema produtivo, acarrete correspondente orientação política, programática e ideológica. Cumpre, para tanto, que a sociedade industrial seja percebida em termos de um campo de enfrentamento de classes antagônicas, onde a *dominação econômica pareça relacionada à dominação política*. Pelo que foi possível verificar, os entrevistados não estabelecem essa vinculação. O poder está nas mãos dos que decidem, dos que são poderosos, dos que participam da política. Cabe naturalmente a estas pessoas decidir, sendo julgadas segundo beneficiem ou não ao “povo”. São elas, portanto, e não os “patrões” os responsáveis pela situação, pior eu melhor, dos trabalhadores. O universo da política – entendida na sua vinculação estreita com o governo – tende a encobrir as determinações econômicas da vida social. O governo é visto como uma espécie de demiurgo. A atenção se fixa nos “homens públicos” e tal como há os “bons patrões”, há os “bons governantes”. O “explorador”, o responsável pelas dificuldades do povo (entre o qual os operários se incluem) é “governo”, o mais das vezes, os “políticos” e os membros dos corpos legislativos em geral. Espera-se, deste modo, que um “poderoso” proteja e defenda os operários e trabalhadores, o povo”, de outros ricos e gananciosos.

³⁹ Ver capítulo anterior.

No grupo estudado, em nenhum momento apareceu a ideia de que caiba à classe algum papel nos processos político-sociais maiores e, *a fortiori*, que tal intervenção deva trazer a marca da classe, expressada mediante uma ideologia de remodelação social, qualquer que seja seu matiz programático e doutrinário.⁴⁰ Aliás, para tal conclusão não seria necessária qualquer pesquisa deste gênero, mas bastaria refletir sobre os *resultados eleitorais*, sobre a ausência de movimentos e organizações partidárias de ideologias marcadamente classistas ou de tipo igualitário e coletivista.

Tabela 55: “Algumas pessoas dizem que os sindicatos não devem intervir na política do país; outras dizem o contrário. Qual é sua opinião?”

	Sindicalizados	Não sindicalizados	Operários	Ferramenteiros
Devem	43%	33%	36%	37%
Não devem	53	59	59	63
Depende	4	4	2	–
Não sabem	–	4	3	–
	(100%)	(100%)	(100%)	(100%)
	23	63	62	24

A discussão, de resto, parece desnecessária. Se falta uma consciência de identidade e de antagonismo, definida em relação ao sistema de produção industrial, o grupo operário não pode se propor um projeto próprio da ordem social inclusiva, uma visão da sociedade organizada à sua imagem”, pois a imagem que faz de si próprio é negativa e assim sendo não pode se oferecer como modelo. A consciência de pobre – que acompanha a desvalorização do trabalho fabril, entendido como trabalho sujo, desagradável, próprio às categorias inferiores da sociedade – não pode fundar uma alternativa positiva de reconstrução social, *embora possa servir de base para a crítica do status quo*.

Diversos fatores entram a emergência da consciência de classe em um proletariado formado num processo de industrialização como o brasileiro. Como conclui Touraine, o aparecimento da consciência de classe se dá quando da expansão do sistema técnico de trabalho, onde a consciência de classe “seria o apelo a um princípio profissional de reivindicação opondo-se a um poder social considerado como hostil no interior de um sistema técnico ao qual o operário se sente *pertencer e participar*”.⁴¹ É necessária a existência

anterior de um sistema profissional de trabalho relativamente desenvolvido mediante o qual se possa estruturar uma consciência profissional. A defesa da autonomia do operário no trabalho, a oposição ao sistema técnico quando da implantação da grande empresa ocorre já no interior de uma ordem industrial, o que permite a conjugação dos princípios de identidade, de oposição e de totalidade. Se este contexto técnico-econômico coincide com uma estrutura institucional e jurídica que exclui formalmente a participação dos grupos operários na vida política nacional, aos fatores econômicos e técnico-profissionais se acrescenta um elemento de exclusão política e social, favorecendo a conexão entre esses elementos. Coincidem a oposição ao sistema de trabalho assalariado que rouba aos operários a autonomia profissional, a propriedade dos meios de produção, o resultado de seu trabalho – com a rejeição do sistema político que lhes restringe o direito de participação na sociedade nacional. Este último aspecto é essencial porque completa a marginalização do trabalhador e permite a vinculação entre os problemas que se dão na esfera do social, do econômico e do político. Mas para tanto é preciso que os operários se sintam participantes e relativamente integrados na sociedade. Esta situação se configura tipicamente nas fases iniciais da formação do capitalismo e da sociedade industrial, de acumulação acelerada de capitais, de mecanização, de concentração da renda e de restrição à participação institucionalizada das camadas assalariadas. Os grupos operários sentem-se como parte da sociedade, de *fato* participantes, embora esta participação *formalmente* não seja institucionalizada e aceita pelos grupos superiores. Em suma: trata-se de uma situação prévia à expansão da sociedade de massa, do *Welfare State*, dos meios de consumo e de comunicação de massas.

Se a formação da classe ocorre num período de desenvolvimento industrial moderno, como é o caso do Brasil, ou seja, no período da produção em massa, da decomposição e desqualificação do trabalho, apelando para uma mão de obra retirada do setor pré-capitalista, ou tradicional, as condições para a emergência de uma consciência de classe, tal como ocorreu na Europa, não existem. Faltam aos grupos operários maior coesão interna, efetiva formação profissional e experiência de trabalho no interior de uma economia *predominantemente monetária*. Em suma, falta uma massa trabalhadora vivendo já em uma sociedade impregnada pelo racionalismo e individualismo das sociedades voltadas para a produção mercantil sobre a qual incida o impacto do sistema de produção em massa.

⁴⁰ Não deixa de ser significativo, neste sentido, o fato de que a maioria dos entrevistados rejeita a simples ideia de uma intervenção dos sindicatos na política nacional, qualquer que seja ela.

⁴¹ *Op. cit.*, p. 88. Sublinhado por nós.

Nas condições do desenvolvimento brasileiro, a sociedade industrial em formação aparece como estranha às massas recém-ingressas na vida fabril. Elas não se sentem responsáveis pelos seus rumos; sua própria integração e participação nos diversos níveis da atividade social é medíocre. Na Europa, a sociedade industrial foi o resultado do desenvolvimento de forças que atuaram partindo do próprio seio de uma ordem social anterior, enquanto no Brasil a formação parcial do mundo industrial foi o resultado de sua situação de provedor de produtos primários aos mercados mundiais. As áreas de “modernismo” implantaram-se como quistos no interior de uma estrutura socioeconômica pré-industrial ou pré-capitalista, mas não foram o resultado de sua evolução “natural”. Nas condições europeias, as populações que adentraram progressivamente o processo de produção capitalista já eram participantes de uma economia predominantemente mercantil e participante, em menor ou maior escala, da vida da nação. A continuação da industrialização afetou negativamente setores sociais relativamente integrados.⁴² Nas condições brasileiras, de desenvolvimento combinado, a constituição da sociedade urbano-industrial processou-se de modo bastante acelerado, mas limitado, em miniatura dir-se-ia, e sem afetar profundamente as populações ligadas à grande lavoura ou economia de subsistência. A industrialização, em “circuito fechado”, descompassada com relação ao ritmo de crescimento urbano, criou uma civilização que é ao mesmo tempo estrangeira e atraente para os segmentos populacionais deslocados das áreas pré-industriais.⁴³ Assim,

⁴² Convém lembrar que a revolução industrial com suas novas técnicas produtivas fora precedida por uma revolução econômica que atingira inclusive a agricultura. Na Inglaterra, a expansão da “indústria doméstica” (da lã, em primeiro lugar) e o incremento das atividades comerciais criaram amplos segmentos populacionais compostos de trabalhadores “independentes” que retiravam sua subsistência (parcial ou totalmente) da produção para o mercado. Em outras palavras: muito antes do reinado absoluto das grandes fábricas e do capitalismo industrial existia uma população integrada economicamente e relativamente participante da vida do país. Nota Mantoux “que na indústria da lã, a mais importante da antiga Inglaterra, a existência de manufaturas propriamente ditas, das grandes oficinas colocadas sob a direção efetiva do capitalista, continua sendo excepcional até fins do século XVIII”. Paul MANTOUX, *La Revolución Industrial en el Siglo XVIII*, Aguilar, Madrid, 1962, p. 46. No mesmo sentido, Cf. T. S. ASHTON, *La Revolución Industrial*, México, Fondo de Cultura Económica, 1964.

⁴³ “... para que unia sociedade se apreenda como um sistema unificado de produção, não basta que massas importantes venham se aglomerar nas cidades e se coloquem no mercado de trabalho industrial; é necessário, ao menos, que a industrialização prepondera sobre a urbanização e que os recém-chegados se definam como trabalhadores e não como migrantes, como habitantes de certos bairros ou como originários de certa região. Esta

malgrado a implantação de novas e modernas unidades produtivas, o universo social das grandes cidades acha-se longe de estar plenamente saturado dos modos de ser, pensar e agir das civilizações industriais. Daí a visão instrumentalista dessas massas que habitam a civilização industrial sem dela serem participantes efetivos, procurando aproveitar todas as vantagens possíveis, sem sentir que lhes cabe algum papel relevante numa ordem social para cuja elaboração não contribuíram.

Esta massa de trabalhadores – que não pode apelar a nenhum princípio profissional ou a uma constelação de valores organizada em torno da consciência de produtor – não encontra nenhum obstáculo formalmente instituído para sua participação política, dado que a classe se constitui num período de vigência do populismo, de “autoritarismo popular” e de “democracia social”.⁴⁴ Com frequência, os esforços de integração são

condição não é facilmente realizável. Para tanto é preciso que a sociedade industrial seja mais do que uma base econômica, que instituições novas ou um novo funcionamento das instituições tradicionais marquem claramente a importância decisiva para a sociedade de tais transformações econômicas. *É necessário, portanto, que exista já certa integração social dos trabalhadores industriais, em particular ao nível das instituições políticas.* A. TOURAINE, *La Conscience Ouvrière*, pp. 349-350. Sublinhado por nós.

⁴⁴ É óbvio que, à luz do que foi dito anteriormente sobre a precariedade dos regimes democráticos no Brasil (e em outros países periféricos), não teria sentido referir-se a um proletariado que surge sob um regime de democracia política clássica. Contudo, quer como resultado de “efeitos de demonstração”, quer como requisito indispensável para o estabelecimento da ordem industrial, do Estado nacional e do desenvolvimento, alguns valores democráticos e socializantes se impuseram universalmente. Legislação social, direitos trabalhistas, legalização dos sindicatos, direito de voto aos trabalhadores industriais constituem componentes jurídico-institucionais exigidos para a constituição de uma ordem industrial na presente etapa de progresso técnico e organização da produção. A peculiaridade da evolução dos países subdesenvolvidos reside no fato de que, amiúde, tais medidas estabeleceram-se ou consolidaram-se sob regimes velada ou abertamente autoritários no plano político, quando do esboroamento do velho liberalismo latino-americano. Houve, pois, “uma democratização por via autoritária” (A. TOURAINE, “Industrialisation et conscience ouvrière à São Paulo”). De uma perspectiva diferente de Lipset, vejamos as considerações de Gino GERMANI sobre as características que marcam a participação popular na América Latina: “El Autoritarismo y las Clases Populares”, *op. cit.*, cap. 4 e Florestan FERNANDES, *Mudanças Sociais no Brasil* (Parte I), São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1960. Para uma apreciação geral do processo de mudança latino-americano e da relação entre as elites tradicionais e o liberalismo, veja-se Tose Medina ECHEVARRIA, *Consideraciones Sociológicas sobre el Desarrollo Económico*, (Cap. III, “Hacia la Nueva Sociedad”) Buenos Aires, Solar-Hachette, 1964. Na mesma direção vão as observações de Celso FURTADO, *Dialética do Desenvolvimento*, especialmente II Parte, “Diagnóstico da Crise Brasileira”, Rio, Fundo de Cultura, 1964.

controladamente estimulados pelo Estado, em virtude mesmo dos requisitos exigidos por uma política desenvolvimentista na atual etapa tecnológica e de segurança nacional. Este ponto – que não poderíamos desenvolver aqui – se relaciona com as forças e grupos sociais que impulsionam a industrialização ou, mais exatamente, que criam as condições sociais e políticas para expansão da sociedade industrial, não mediante a simples direção rotineira das atividades econômicas, mas através da modernização das instituições, da constituição das bases sociais a fim de que a industrialização signifique algo mais do que um simples acréscimo de bens fabricados. Desse ponto de vista, as investigações realizadas indicam que, na superação do subdesenvolvimento, a camada empresarial não tem sido capaz de desempenhar os mesmos papéis dinâmicos e inovadores que assumiu nos países de industrialização mais antiga. No caso brasileiro, parece lícito indagar em que medida os empresários industriais, no nível econômico enquanto camada *superior*, são capazes de atuar como classe *dirigente* no plano político nacional. “Em que pese a participação crescente da produção industrial na formação da renda nacional – conclui F. H. Cardoso de suas pesquisas sobre os empresários brasileiros – é restrito o grau de controle político que os industriais exercem, *enquanto camada social*, sobre o aparelho estatal. Falta à classe dos industriais a socialização necessária para o desempenho dos papéis a que deveriam responder como cidadãos de uma república democrático-burguesa (...) Sentem-se (...) sem responsabilidade pela Nação e definem-se como um grupo alheio às decisões do governo. Dir-se-ia que reificam “o Governo” e o associam a todos os males do país, numa racionalização típica do comportamento das classes médias, às quais se ligam ideologicamente. Por isto mesmo, a participação isolada dos industriais ou de grupos de industriais no jogo político tende a caracterizar-se pelo individualismo, e, muitas vezes, pelo oportunismo: agem para alcançar algum grau de influência que permita proveitos diretos para si ou para suas empresas”.⁴⁵

Ora, ante uma classe burguesa, de um lado, fracamente estruturada e heterogênea, extremamente dependente do capital estrangeiro e dos favores estatais e, de outro, conectada com os grupos superiores tradicionais, sem

⁴⁵ Fernando Henrique CARDOSO, *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico*, Difusão Europeia do Livro, São Paulo, 1964, p. 165. Veja-se também, “Condições e Fatores Sociais da Industrialização em São Paulo”, *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, junho de 1961.

condições de chamar a si a responsabilidade pelo delineamento de uma política mais audaciosa de expansão e modernização da sociedade brasileira, não caberia indagar se as características da camada industrial em parte não constituem por sua vez um obstáculo para a emergência de uma consciência de oposição entre o proletariado, dado que esta só pode se polarizar em torno da relação com seu oposto nas esferas da produção fabril e da sociedade global? Se a liderança do desenvolvimento e as ações inovadoras das instituições e do aparelho estatal se repartem por outras categorias sociais (setores tradicionais, militares, técnicos, etc.) que não estabelecem com as camadas operárias os mesmos tipos de relacionamento que os grupos industriais, a conexão entre os princípios de totalidade e de oposição se dilui, e os planos econômico (industrial) e político (governamental e administrativo) constituem-se como compartimentos estanques da realidade social, pois a racionalidade da empresa não encontra suportes na racionalidade do Estado e a “classe econômica” não aparece como a “classe política”. Os industriais constituem-se, na consciência dos operários, apenas como ricos e não como a classe dirigente. Daí porque a condição operária, por sua vez, aparece como resultado de determinações que partem da área da política e do governo. A consciência de oposição tende a se erigir em relação ao governo (ou à “classe política”) e não à camada industrial.

No âmbito de uma contradição e diferenciação muito acentuadas entre dois contextos sociais, polarizados em torno de um setor tradicional e outro moderno, a sociedade urbana (e industrial) exerce forte atração sobre as massas trabalhadoras de formação recente, possibilitando atitudes favoráveis à industrialização e à sociedade capitalista, na proporção em que ambas possam identificar-se. Contudo, a ambiguidade que impregna a orientação das massas trabalhadoras para a indústria concorre para obstar a formação de uma consciência de classe, pois a condição operária é encarada concomitantemente do ângulo do projeto de melhoria de vida e como uma situação passageira, aceita na falta de outras oportunidades profissionais. Assim, mesmo quando o *emprego* é avaliado positivamente (como no caso dos empregados da Empresa Automobilística), o *trabalho* fabril é encarado como “desagradável”, “sujo” e depreciado. A valorização da indústria é feita em comparação com o trabalho na agricultura, tendo como ponto de referência principalmente os salários. Em certa medida, é um meio para a permanência nas grandes cidades. Da condição operária, valorizam-se basicamente seus elementos “externos”, enquanto os aspectos profissionais, os que envolvem

a relação emocional e pessoal do operário com sua tarefa (e com a organização da empresa) ocupam lugar secundário. A perspectiva “instrumentalista”, em que o trabalho fabril é mais do que tudo um meio para o atingimento de alvos que se situam na sociedade inclusiva, unida à valorização do emprego e não da profissão, da sociedade industrial e não da condição operária, resulta numa medíocre consciência de identificação com o grupo socioprofissional, suporte essencial para o aparecimento de consciência de classe.

Em tais condições, parece-nos mais adequado falar numa *consciência popular* e num sentimento de identificação com os que possuem padrões de consumo e formas de socialização relativamente semelhantes. Em outras palavras: mais do que identificar-se com uma classe social determinada, os operários se definem como *povo* pobre, mesclando todas as categorias sociais que se encontram nos escalões inferiores da sociedade urbana. Um sentimento de *diferenciação* social, mais do que de oposição e de antagonismo, permeia a consciência do grupo estudado (e em grande medida do proletariado brasileiro) separando os que são “pobres” dos que são “ricos”. É óbvio que tal tipo de percepção das estruturas sociais tende a dificultar o aparecimento de amplos movimentos reivindicativos organizados em redor da profissão e a favorecer os movimentos políticos e sociais profissionalmente mais heterogêneos que pareçam acelerar a integração das camadas populares na sociedade competitiva. Assim sendo, pode-se prever que, na eventualidade do despertar político desses grupos, sua participação na vida política brasileira deverá efetuar-se sob o signo da problemática da luta contra o subdesenvolvimento, da democratização das oportunidades, ou seja, de suas aspirações de participação nas vantagens da civilização industrial. Em tal caso, se sua mobilização deverá constituir fator de desequilíbrio do *status quo*, das estruturas tradicionais e, no limite, da própria sociedade competitiva, nem por isso deve implicar a “tomada de consciência de classe” segundo os modelos que o proletariado europeu revelou e as teorias igualitárias teorizaram.